

**EDITAL DE LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026.**

**OBJETO: CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES ÚNICOS E DE CHEQUES EM FORMULÁRIO CONTÍNUO.**

**DADOS DO EDITAL**

**PREGOEIRO RESPONSÁVEL:** Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no Portal [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 de junho de 2026.**

**HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 13h30min** (referência: horário de Brasília DF).

**MODO DE DISPUTA:** ABERTA.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MAIOR DESCONTO.

**FORMA:** ELETRÔNICA.

**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**ATENDIMENTO PÚBLICO:** 13h às 17h - (Endereço e contatos abaixo).

**LOCAL DE ABERTURA:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**CÓDIGO BANESTES - UASG: 925560**

<b>PUBLICAÇÕES</b>	<b>NOS</b>	<b>SITES:</b>	
<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras</a>		Unidade	
compradora	n.º 925560,	<a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a> ,	ou
	<a href="http://www.banestes.com.br/publicacoes_legais/index.html">www.banestes.com.br/publicacoes</a>	<a href="http://legais/index.html">legais/index.html</a> .	

**RSFB – Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES.**

O regulamento mencionado encontra-se publicado no sítio: [https://www.banestes.com.br/publicacoes\\_legais/arquivos\\_colic/regulamento-licitacoes-contratos-sfb.pdf](https://www.banestes.com.br/publicacoes_legais/arquivos_colic/regulamento-licitacoes-contratos-sfb.pdf)

**SFB - Conglomerado de empresas do Sistema Financeiro BANESTES.**

**ID CIDADES - TCE/ES: 2026.500E1600004.01.0011**

BANESTES S.A. – BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 2º andar, Centro, Vitória/ES.  
CEP 29.010-364  
Tel.: (27) 99803-7322  
E-MAIL: [pregoes@banestes.com.br](mailto:pregoes@banestes.com.br)  
HOME PAGE: [www.banestes.com.br](http://www.banestes.com.br)



**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, com sede na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-364, daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, conforme autorização(ões) exaradas no processo n.º **2025-D633R**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes – RSFB, publicado no DIO-ES, em 29/06/2018, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, da Lei Complementar Estadual nº 618, de 11/01/2012, e do rito procedimental do pregão previsto na Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e demais normas pertinentes, realizará licitação, pelo rito da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento por **MAIOR DESCONTO**, regime de empreitada por preço unitário, em disputa por modo aberto, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE TALONÁRIO/FORMULÁRIO DE CHEQUES**, mediante as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de talonário/formulário de cheques, sendo: confecção, personalização e encadernação de talonários de cheques únicos com capa e contracapa, e de cheques em formulário contínuo (cheque empresa), em conformidade com este Edital e seus anexos.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ **ANEXO I** Termo de Referência;
- ✓ **ANEXO I.1** Especificações Técnicas;
- ✓ **ANEXO I.1-A** Requisitos Técnicos;
- ✓ **ANEXO I.1-B** Requisitos Adicionais de Itens de Segurança;
- ✓ **ANEXO I.1-C** Requisitos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- ✓ **ANEXO I.1-D** Requisitos de Arquitetura para Segurança, Rastreabilidade e Proteção de Dados na Integração Via EDI.
- ✓ **ANEXO II** Minuta de Contrato;
- ✓ **ANEXO II.1** Modelo de Declaração de Estabelecimentos;
- ✓ **ANEXO II.2** Modelo de Declaração para não Retenção de CSLL, Cofins e Pis/Pasep;
- ✓ **ANEXO II.3** Modelo de Declaração e Compromisso referente à Identificação e à Qualificação do Fornecedor – Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento de Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP);
- ✓ **ANEXO II.4** Modelo do Termo de Sigilo e Confidencialidade;
- ✓ **ANEXO III** Modelo de Proposta Comercial;
- ✓ **ANEXO IV** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e não Contratação Irregular de Menor;
- ✓ **ANEXO V** Sugestão de Declaração de Comprometimento à Comprovação dos Itens de Segurança da Informação.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação são provenientes de recursos próprios dos CONTRATANTES.

2.2. O valor estimado **NÃO SERÁ SIGILOS**, conforme estabelecido no §1º do art. 34 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB, sendo divulgado o máximo para a contratação



no TR - Termo de Referência - Anexo I

### **3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL**

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal.
- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 3.3. O acesso ao Portal de Compras e o uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou às empresas do Sistema Financeiro Banestes promotoras da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação.
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, para participação de Pregão Eletrônico.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e/ou na “Seção IV. Condições de Participação” do RSFB, bem como:
- 4.2.1. Que estejam em processo de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 4.2.2. Que estejam reunidas em consórcio, na forma de sociedade de propósito específico, ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.2.3. Estrangeiras que não funcionem no País.



- 4.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas;
- 4.4.1.2. O Sistema somente tornará público se algum licitante se declarou beneficiária da LC 123/06, tanto para o pregoeiro quanto para os participantes, após a etapa de lances.
- 4.4.1.3. Caso a empresa beneficiária deixe de declarar no sistema que faz jus aos benefícios, será dado o mesmo tratamento das demais empresas.
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal do Brasil.
- 4.5. As declarações do licitante vencedor do certame serão juntadas aos demais documentos de habilitação previstos no item 13 deste edital e arquivadas pelo pregoeiro no processo.
- 4.6. A declaração falsa, em campo próprio do sistema, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO**

- 5.1. A participação no pregão dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, módulo SIASG do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>, onde os licitantes deverão inserir a proposta de preços. A inserção da proposta de preços deverá ocorrer até a data e horário marcados para abertura da sessão, constantes do preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir sua proposta até o momento da abertura da sessão.
- 5.1.2. O encaminhamento da proposta de preços não resulta em ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a etapa de



lances/negociação.

- 5.2. Como requisito para a participação no pregão, no ato de registro de suas propostas iniciais, o licitante deverá providenciar, no próprio sistema eletrônico, as declarações previstas no item 4.4, momento em que também deverá se declarar, se for o caso, beneficiária da LC 123/06.
- 5.3. O licitante deverá enviar sua proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo relativo a:
- 5.3.1. Percentual de desconto sobre o valor estimado constante deste Edital;
- 5.3.2. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO**.
- 5.3.3. O licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, para fins de proposta no pregão, o **PERCENTUAL DE DESCONTO, a ser aplicado de maneira linear** nos itens da TABELA - VALORES UNITÁRIOS PARA REFERÊNCIA (coluna "B"), constante do Anexo III - Modelo de Proposta Comercial.
- 5.4. A proposta a ser inserida no sistema deverá conter no mínimo:
- 5.4.1. Indicação da marca, modelo e fabricante, quando for o caso;
- 5.5. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I deste Edital e as constantes no catálogo de materiais do sistema - CATMAT ou CATSER -, prevalecerão para todos os efeitos as do Anexo I.
- 5.6. O cadastramento da proposta de preços pelo licitante no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e concordância com as seguintes premissas:
- a) a proposta é válida pelo período mínimo de 90 (noventa) dias;
- b) nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o CONTRATANTE vier a ter que despendar por força da presente contratação;
- c) o prazo de execução e as condições do fornecimento/serviço ofertados atendem a especificação e estão garantidos conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos;
- d) total conhecimento e aceitação dos termos deste Edital e seus Anexos.
- 5.7. Ao enviarem suas propostas os licitantes automaticamente se declaram conhecedores das especificações/descrições técnicas do objeto licitado de acordo com as especificações contidas neste Edital, não cabendo alegar desconhecimento posterior como defesa para aplicação de eventual sanção, sendo certo que as descrições dos itens geradas pelo Portal de Compras do Governo Federal são apenas referências de ordem sequencial para cotação.
- 5.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.9. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, podendo ser acompanhada em tempo real por todos os participantes.



**6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 6.1. O início da sessão pública se dará pelo pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário constantes do Preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, que somente ocorrerá após o encerramento da etapa de lances.
- 6.2. Havendo algum problema com o sistema que impeça a abertura do certame na data e horário marcados, o pregoeiro fará divulgação aos envolvidos sobre a nova data e horário de abertura, que ocorrerá decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.

**7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na inclusão das descrições e inserções previstas no Portal de Compras do Governo Federal.
- 7.1.2. Após o término da sessão, a negociação será realizada conforme a ordem de classificação, sendo as propostas elencadas em ordem decrescente de maior desconto ofertado.
- 7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lance exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **DESCONTO PERCENTUAL, a ser aplicado sobre o valor global e, de forma linear, sobre os valores unitários de cada item da TABELA - VALORES UNITÁRIOS PARA REFERÊNCIA** (coluna "B"), constante do Anexo III - Modelo de Proposta Comercial.
- 8.1.2. A proposta a ser enviada deverá conter no máximo duas casas decimais após a vírgula.
- 8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. O percentual de desconto é de responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro.
- 8.3. Os licitantes serão informados, em tempo real, do maior desconto registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do





ofertante.

- 8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.6. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 8.6.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame.
- 8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.8. Os lances serão públicos e sucessivos com **intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento)**.
- 8.9. A etapa de lances durará 10 (dez) minutos. Após esse prazo, poderá ser prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão.
- 8.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.9.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.10. Encerrada a sessão sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, reiniciar a etapa de lances para obtenção do melhor preço.
- 8.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações e apresentação de lances intermediários.
- 8.12. Para aplicação dos critérios de desempate, o sistema Compras identificará e selecionará, automaticamente, os licitantes beneficiários da LC 123/06, que se identificaram por ocasião do envio da proposta, conforme o item 5.2, após a etapa de lances.
- 8.12.1. Constatando-se que a empresa ofertante do menor lance esteja na condição de Beneficiária da LC 123/06, será dado prosseguimento à sessão, situação em que será a ela adjudicado o objeto licitado, após verificação de que foram atendidas as condições do Edital.



- 8.12.2. Não sendo o melhor lance ofertado por Beneficiária da LC 123/06, o próprio sistema identificará, dentre as propostas até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor, a existência de Beneficiárias, para fins do exercício do direito de preferência na contratação.
- 8.12.3. Será dado, pelo próprio sistema, o prazo de até 5 (cinco) minutos para exercer o direito de preferência dentre as Beneficiárias da LC 123/06 no intervalo de 5%, com a apresentação de uma última oferta, obrigatoriamente de valor inferior ao do licitante classificado em primeiro lugar.
- 8.12.4. Caso a primeira convocada não envie proposta no prazo estipulado, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06 e o próprio sistema concederá às demais beneficiárias do intervalo de 5% (cinco por cento) o exercício desse direito, sendo obedecida à mesma ordem de classificação de suas ofertas, sucessivamente, em igualdade de oportunidade e tempo, até que se aponte a vencedora.
- 8.13. Não havendo lances após o início da fase competitiva e persistindo o empate, aplica-se o art. 52 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB.
- 8.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.
- 8.14.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio Compras.
- 8.15. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.16. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.17. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação, tanto pelo pregoeiro como para as demais participantes, após o encerramento do envio de lances.

## **9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 9.1. Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor





classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- 9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta Condição, aplica-se o disposto nos Artigo 55 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB;
- 9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, precluirá do direito previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
- 9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

- 10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.2. A negociação observará o disposto no Artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB (Sistema Financeiro BANESTES) e será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.3. Após a negociação, o licitante terá o prazo de duas horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta final e, se necessário, dos documentos complementares adequados ao último lance ofertado.
- 10.4. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.5. A negociação será feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 11.1. Terminada a etapa de lances e/ou de negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá detalhar de forma escrita sua proposta, adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo informado, que deverá ser de no mínimo 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, após solicitação da licitante no sistema eletrônico, observadas as orientações a seguir:
  - 11.1.1. Apresentar proposta comercial devidamente preenchida na forma do **Anexo III - Modelo de Proposta Comercial** deste Edital, computando todas as despesas necessárias para a completa realização dos serviços, em moeda corrente nacional, ou seja, em real (R\$), incluindo todo o desembolso que os CONTRATANTES vierem a ter que dispende por força da presente contratação;



- 11.1.2. Compor os valores com os preços dos insumos de mercado, computando todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços nas condições exigidas, incluindo provisões que suportem adequadamente os seguros, as substituições, atualizações, reposições, variações de mercado e outras alterações previsíveis, pois a ocorrência destas alterações na composição dos custos durante a execução do contrato não serão consideradas como fatos supervenientes para atualização de valores, exceto quando existente previsão legal.
- 11.1.3. Considerar nos custos indiretos de sua proposta as despesas envolvidas na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a: funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto e seus deslocamentos; e seguros.
- 11.1.4. Compor os valores considerando eventual benefício de desoneração, tais como encargos/tributos/taxas, informando a data de início do benefício e a legislação que o respalda;
- 11.2. A proposta deve conter, no mínimo, os seguintes dados:
- 11.2.1. O nome do representante legal da empresa, o cargo ocupado e identificação;
- 11.2.2. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão;
- 11.2.3. A razão social, o endereço, correio eletrônico (e-mail), o número do CNPJ, o número da conta corrente, preferencialmente, nos CONTRATANTES ou citação de pagamento por boleto bancário, bem como os números do telefone e celular do representante da empresa.
- 11.3. O licitante vencedor deverá informar e-mail atualizado para receber e responder intimações/notificações dos CONTRATANTES e deverá responder de imediato confirmando a ciência da intimação/notificação.
- 11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto da licitação e aplicação de eventual sanção à Adjudicatária, se for o caso.
- 11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo e fabricante, vinculam a adjudicatária.
- 11.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), com duas casas decimais após a vírgula, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 11.7. Quando o preço global ofertado resultar, em qualquer item, em um valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais, deve-se considerar apenas as 02 (duas) primeiras casas (centavos), devendo o Pregoeiro e o Licitante vencedor proceder às adequações de preço, e sendo necessário, apresentar a proposta ajustada limitada ao valor global.
- 11.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores



expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

- 11.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.11. Até a contratação, a Comissão Permanente de Licitação e Pregão (COLIP) poderá solicitar ajustes nos preços ofertados pelo licitante. Em nenhuma circunstância, o valor global registrado no Sistema deverá ser ultrapassado.

## **12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO**

- 12.1. O julgamento das propostas será feito segundo o critério de **maior desconto percentual** sobre a tabela de valores observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 12.2. O pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 12.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará a documentação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item 13, deste Edital. O licitante deverá enviar os documentos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse dos CONTRATANTES.
- 12.4. Poderão ser requisitados, a exclusivo critério dos CONTRATANTES, documentos complementares, informações adicionais a respeito da proposta e/ou da habilitação, bem como correção da proposta, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sendo informado pelo pregoeiro o prazo máximo para atendimento, que não será inferior a 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado por interesse dos CONTRATANTES.
- 12.5. O não atendimento no prazo fixado implicará a desclassificação do licitante e sujeitará a aplicação das sanções cabíveis.
- 12.6. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta, quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços que o compõem necessitarem de ajustes, de forma a adaptar os valores unitários ao valor total ofertado ou aos valores estimados pelos CONTRATANTES e para eliminar dízimas.
- 12.7. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a validade e a eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8. Na hipótese de necessidade de suspensão do pregão para a realização de diligências, a sessão será reiniciada mediante aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.



- 12.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 12.10. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) conttenham vícios insanáveis ou ilegalidade;
  - b) descumpram as especificações constantes neste Edital e seus anexos;
  - c) apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis e não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade requerida;
  - d) não reflitem custos compatíveis com o regime tributário da empresa;
  - e) se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação prevista neste edital;
  - f) apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique o tratamento isonômico entre os licitantes.
- 12.11. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove a cobertura suficiente dos custos decorrentes da contratação.
- 12.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência na forma do § 2º Art. 56 da Lei 13.303/16 para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade, sendo aquela obrigada a responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação;
  - b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
  - c) verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
  - d) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados;
  - e) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
  - f) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços;
  - g) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 12.13. Se a proposta for recusada ou se o licitante desatender exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua



aceitabilidade e procedendo sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

- 12.13.1. Antes de o pregoeiro passar ao licitante subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/06, seguindo-se a disciplina estabelecida neste Edital, se for o caso.
- 12.14. Em sendo aceito o preço, o licitante contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos em eventual Matriz de Riscos descrito neste Edital.
- 12.15. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos os licitantes em ambos os itens e estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.
- 12.16. Conforme previsto no Art. 57, § 3º da Lei 13.303/16, os CONTRATANTES cancelarão o item que apresente o resultado final acima do orçamento estimado, revogando a licitação quando se tratar de um único item.
- 12.17. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente previstos sujeitam-se a ser considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços/materiais serem entregues aos CONTRATANTES sem ônus adicional.
- 12.18. O não envio dos documentos no prazo máximo previsto/concedido, ou a falta das especificações e detalhamentos ou itens, que impossibilitem a avaliação do atendimento às características exigidas no edital e a exequibilidade dos preços, sujeitará a proposta do licitante à desclassificação e implicará a avaliação das demais propostas, na ordem de classificação.
- 12.19. A relutância do licitante em honrar a proposta ou o lance ofertado será tratada em conformidade com o que dispõe o item 19 deste edital.
- 12.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará a documentação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item 13 deste edital. O licitante deverá enviar os documentos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse dos CONTRATANTES.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

- 13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- 13.1.1. SICAF;
- 13.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 13.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 13.1.4. Constatada a existência de sanção ou alguma ocorrência impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira.
- 13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 13.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante.
- 13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da





matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 13.2 e 13.8, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.7.1. **Habilitação jurídica**

- I. Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresário ou sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.7.2. **Regularidade fiscal**

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que pode ser apresentada por meio da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

13.7.3. **Qualificação Técnica**

- I. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por órgão(s) da Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado(s), carimbado(s) e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, de que a licitante fornece/forneceu serviços em formulários de segurança compatíveis de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado desta licitação, para os itens listados abaixo, estabelecidos como parcelas de maior relevância para a disposta finalidade, ficando reservado ao BANESTES o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem os documentos:

- a. **Item 01 (Cheque único/lembrete ou requisição):** comprovar capacidade técnica para 40.000 (quarenta mil) unidades mensais.
- b. **Item 02 (Cheque Empresa):** comprovar capacidade técnica para 550 (quinhentos e cinquenta) unidades mensais.

- II. Declaração de comprometimento à comprovação dos itens de segurança



listados nas Especificações Técnicas, Anexo I.1-A - Requisitos Técnicos, item 4. Requisitos de Segurança da Informação, conforme modelo do **Anexo V**.

**13.7.4. Qualificação Econômico-Financeira**

- I. Certidão Negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelos distribuidor(es) da sede do Licitante.
- II. Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelos distribuidor(es) da sede do Licitante.
  - 1) No caso de empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, o Licitante deverá apresentar a certidão emitida pelo juízo em que tramita o processo da recuperação judicial atestando que o plano de recuperação judicial ou extrajudicial foi devidamente aprovado/homologado, e que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir o futuro Contrato, levando em consideração o objeto a ser contratado.
  - 2) Ambas as certidões devem ser emitidas no máximo 60 (sessenta) dias antes da data determinada para sessão pública. Quando a certidão não apresentar prazo de validade, somente será aceita se anexada legislação específica que estabeleça validade diversa para o respectivo documento.
- III. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.
  - a) Para Sociedade Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei nº 6.404/76, cópias da publicação de:
    - i) Balanço patrimonial;
    - ii) Demonstração do resultado do exercício;
    - iii) Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido ou a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
    - iv) Notas explicativas do balanço.
  - b) Para outras empresas:
    - i) Balanço patrimonial registrado no órgão competente;
    - ii) Demonstração do resultado do exercício;
    - iii) Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.
  - c) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC **igual ou maior que 1,00 (um)**;
    - i) As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são as seguintes:
      - 1) Índice de Liquidez Geral:
$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$



Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;  
AC – Ativo Circulante;  
RLP – Realizável a Longo Prazo;  
PC – Passivo Circulante;  
PNC – Passivo Não Circulante.

- 2) Índice de Solvência Geral:  
 $ISG = AT / (PC + PNC)$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;  
AT – Ativo Total;  
PC – Passivo Circulante;  
PNC – Passivo Não Circulante.

- 3) Índice de Liquidez Corrente:  
 $ILC = AC/PC$ .

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;  
AC – Ativo Circulante;  
PC – Passivo Circulante.

#### 13.8. Das empresas cadastradas no SICAF

- 13.8.1. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, ficará dispensado de apresentar os documentos relativos aos itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.4, cuja conferência se dará por consulta pelo Pregoeiro ao SICAF dos documentos relacionados nos referidos itens.
- 13.8.2. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

#### 13.9. Da regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte

- 13.9.1. Se o detentor do menor preço for microempresa, empresa de pequeno porte, microempresário individual ou equiparados, deverá apresentar toda a documentação exigida neste Edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.
- 13.9.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 13.9.3. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, será registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização. Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário,



respectivamente, nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, bem como a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

- 13.9.3.1. Na hipótese descrita no item anterior, o licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal, prazo este que poderá ser prorrogado única e exclusivamente por motivo relacionado à impossibilidade do órgão responsável em emitir a certidão, o que deve ser comprovado pelo licitante.
- 13.9.4. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente fica condicionada à comprovação de toda a regularidade fiscal exigida neste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 13.9.5. A não regularização da documentação nos prazos previstos no item 13.9.2 e no item 13.9.3.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RSFB, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 13.9.6. Se o licitante, de qualquer forma, fraudar os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seja por extinção ou suspensão do crédito tributário, ser-lhe-á aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a empresa do SFB contratante, nos termos do RSFB, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis.

#### **14. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 14.1. Os documentos de habilitação deverão ser incluídos como Anexo no Sistema, em prazo a ser informado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas da solicitação, podendo ser prorrogado por interesse dos CONTRATANTES. A não inclusão acarretará na inabilitação da proposta.
- 14.2. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- 14.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.3.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 14.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 14.5. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 14.6. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados ou estejam vencidos no SICAF ou ainda indisponíveis para realizar a consulta nos sítios oficiais emitentes das certidões, deverão ser enviados pelo Sistema



Compras ou, no caso de algum impedimento, para o e-mail de comunicação constante no preâmbulo, no prazo de até 2 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

- 14.6.1. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 14.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 14.9. As beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 (ME/EPP) deverão incluir no Compras toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 14.9.1. A não-regularização da documentação, nos prazos previstos neste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 83 da Lei 13.303/16, sendo facultado aos CONTRATANTES convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 14.10. Não será habilitado o licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.11. O licitante deverá disponibilizar, mediante solicitação do pregoeiro, outras informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 14.12. Para fins de organização e melhor verificação da habilitação, o pregoeiro poderá solicitar, via sistema, que a documentação seja relacionada em índice, informando a localização dos comprovantes, conforme modelo a seguir:

Item da habilitação	Documento que comprova	Localização na documentação (nº da página)

- 14.13. Sendo considerado habilitado, o licitante de melhor lance será declarado vencedor.
- 14.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

## 15. DOS RECURSOS

- 15.1. É cabível recurso, nas fases, nos prazos e procedimentos previstos no Artigo 90 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB.
- 15.2. Após o término do julgamento das propostas e após o término do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro abrirá prazo não inferior a 10 (dez)



minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

- 15.2.1. O licitante vencedor, beneficiário da Lei Complementar nº 123/06, que necessite de prazo para regularizar sua documentação conforme previsão no item 13.9.2, a abertura do prazo recursal somente ocorrerá, em sessão pública, após transcorrido o prazo para a regularização.
- 15.3. O licitante recorrente deverá apresentar em momento único as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 15.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.
- 15.5. Fica assegurada aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões, quando necessário, no endereço citado na folha de rosto deste edital, devendo ser confirmado a visita previamente via e\_mail:pregoes@banestes.com.br
- 15.6. Cabe ao Pregoeiro receber, apreciar sua admissibilidade, examinar e decidir os recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 15.6.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade.
- 15.7. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e, quando o mesmo mantiver sua decisão, deverá submetê-la à autoridade competente. O pregoeiro(a) decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do término do prazo dos licitantes para apresentação das contrarrazões, dispondo a autoridade superior do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a decisão final.
- 15.8. O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 15.9. A falta de manifestação imediata do licitante no prazo previsto e formalizada no sistema eletrônico importará a decadência do direito de recorrer, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.9.1. Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles que não tiverem manifestada a intenção de interpor recurso Administrativo e/ou cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DECORRENTE DE RECURSO**

- 16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;





- 16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 17. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, HOMOLOGAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**
- 17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade de todos os atos praticados, o resultado da licitação será submetido à autoridade competente para fins de homologação do procedimento licitatório.
- 17.3. A autoridade competente poderá adotar as providências descritas no artigo 59 do RSFB.
- 17.4. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse dos CONTRATANTES, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima.
- 17.5. Havendo previsão neste instrumento, o objeto da licitação somente será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor após os procedimentos e condições previstas para avaliação de amostras/protótipo e a realização de vistoria técnica.
- 17.6. Após a homologação, será dada publicidade ao resultado da licitação, em tempo real, mediante a disponibilização em sítio eletrônico: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
- 18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**
- 18.1. Após homologação do procedimento licitatório, a adjudicatária será convocada para assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 18.1.2. O contrato será individualizado para cada empresa CONTRATANTE. Se houver a participação de mais de uma empresa do SFB neste Edital, a contratação



originará mais de um contrato, respeitado o rateio do valor global.

- 18.2. Previamente à contratação, os CONTRATANTES realizarão consulta “on line” ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
- 18.3. A Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, fica ciente de que os pagamentos decorrentes do Contrato/Ordem de Fornecimento serão realizados, preferencialmente, por meio de conta corrente BANESTES.
- 18.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém os requisitos de habilitação e que possui as condições para assinatura do instrumento, ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta, e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos termos do Artigo 76 do RSFB.
- 18.5. A Adjudicatária deverá manter durante toda a execução do objeto da licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **19. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. A aplicação de penalidades e sanções administrativas observará o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB e na Lei nº 13.303/2016.
- 19.2. Ao licitante que praticar ou que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação, poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a empresa do SFB contratante, por até 2 (dois) anos.
- 19.3. Aplica-se, ainda, as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, especialmente em virtude do cometimento de atos lesivos na forma do Artigo 5º da referida Lei.
- 19.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.5. O licitante/Adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens 19.1, 19.2, 19.3 e 19.4 e nos incisos do Artigo 107 do RSFB, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com o SISTEMA FINANCEIRO BANESTES e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 19.6. Além das penalidades previstas nos itens antecedentes, a inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:



- I. Advertência;
  - II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:
    - a) No caso de inexecução parcial do objeto, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor global atualizado da proposta final apresentada pela CONTRATADA;
    - b) No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor global atualizado da proposta final apresentada pela CONTRATADA.
  - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CONTRATANTES, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 19.7. Além das condutas irregulares previstas na Lei nº 12.846/2013, a sanção de suspensão estabelecida no inciso III do item 19.6, poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:
- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com os CONTRATANTES em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.8. As multas previstas no inciso II do item 19.6 quando aplicadas, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelos CONTRATANTES à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 19.9. O atraso injustificado na execução do objeto contratado sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, conforme **CLÁUSULA DÉCIMA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) OU SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA) da Minuta Contratual - ANEXO II.**
- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.12. As multas serão recolhidas em favor dos CONTRATANTES, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa ([www.cnj.jus.br/improbidade](http://www.cnj.jus.br/improbidade)), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022.
- 19.14. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



- 19.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do objeto, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimento e/ou impugnar o instrumento convocatório até o quinto dia útil anterior à data fixada para a ocorrência do certame, em ambos os casos por escrito e entregue exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: [pregoes@banestes.com.br](mailto:pregoes@banestes.com.br), até às 18 horas do último dia útil do prazo citado neste item.
- 20.1.1. Não serão atendidas solicitações (questionamentos/impugnações) formuladas após o prazo estabelecido no subitem 20.1.
- 20.1.2. As solicitações de esclarecimentos ou impugnações, ambos limitados a capacidade do sistema de 20.000 caracteres, relativos ao presente Edital, devem ser enviados obrigatoriamente ao e-mail: [pregoes@banestes.com.br](mailto:pregoes@banestes.com.br) em 02 arquivos: um arquivo digitalizado (exemplo: formato .pdf) contendo o pedido de esclarecimento ou impugnação, documentos que amparem a solicitação, se houver, documento de identificação do signatário e documentos que comprovem os poderes de representação; e outro arquivo em modo editável (formato .doc ou .docx) com o inteiro teor da petição de pedido de esclarecimentos, impugnação ou recurso.
- 20.1.3. O arquivo com pedido de esclarecimentos ou impugnação deve ser enviado para o e-mail: [pregoes@banestes.com.br](mailto:pregoes@banestes.com.br), em formato editável (formato .doc ou .docx etc.), ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar ao Pregoeiro inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
- 20.1.4. Não será considerada e/ou recebida impugnação/questionamentos sem as devidas qualificações do interessado, como Razão Social ou nome, número do CNPJ/MF ou CPF/MF, endereço eletrônico, logradouro, nome completo do representante legal (quando for o caso), telefone, data e assinatura, não sendo os CONTRATANTES obrigado a respondê-la.
- 20.2. O SFB, por meio do pregoeiro auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, deve prestar esclarecimento e/ou processar, julgar e responder a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição.
- 20.3. Na hipótese de o SFB não prestar o esclarecimento ou não decidir a impugnação até a data fixada para a ocorrência do certame, a licitação deverá ser adiada, fixando-se nova data para sua ocorrência.
- 20.4. A resposta ao esclarecimento e/ou da impugnação será comunicada diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, pelo Pregoeiro, a todos os interessados e passa a integrar o instrumento convocatório.
- 20.5. Acolhida a impugnação que altere o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação



das modificações no Edital.

- 20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição, e vincularão os participantes e a Administração.
- 20.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 20.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 20.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.
- 20.13. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na sede administrativa dos CONTRATANTES.
- 20.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e de seus anexos ou das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 20.17. O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos no órgão, situado no endereço constante do preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 13h às 17h ou por meio dos sites [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou



[www.banestes.com.br/publicacoes\\_legais/index.html](http://www.banestes.com.br/publicacoes_legais/index.html).

- 20.18. Os autos do processo administrativo podem ser consultados pelos interessados, respeitada eventual restrição de acesso, mediante solicitação a ser feita pelo e-mail: [pregoes@banestes.com.br](mailto:pregoes@banestes.com.br).
- 20.19. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do proponente, com todos os termos e condições deste Edital.
- 20.20. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 20.21. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio.
- 20.22. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 20.22.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os CONTRATANTES.
- 20.23. Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre os CONTRATANTES e a CONTRATADA, serão resolvidas de acordo com a legislação brasileira.
- 20.24. Observadas as condições legais, a Equipe de Pregoeiro poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, modificar este edital e seus ANEXOS, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas.
- 20.25. O Pregoeiro poderá, no interesse dos CONTRATANTES e a seu exclusivo critério, relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação e/ou possam ser sanadas no prazo que vier a ser fixado pelo Pregoeiro.
- 20.26. É proibido a qualquer proponente tentar impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se, o autor, às sanções legais e administrativas regulamentadas.
- 20.27. A presente licitação será anulada nos casos de vícios insanáveis, fato que não gera direito à indenização, salvo o dever dos CONTRATANTES de pagar à CONTRATADA o que esta houver fornecido até a data em que for declarada a anulação e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não seja imputável a culpa à CONTRATADA, promovendo-se a apuração da responsabilidade de quem lhe deu causa. Estará também sempre ressalvado aos CONTRATANTES, o direito de revogar esta licitação, por despacho motivado, de que dará ciência às proponentes.
- 20.28. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do Edital e de seus ANEXOS, o valor se limita ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.
- 20.29. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº





13.303, de 30/06/2016 bem como do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.

- 20.30. O foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, será o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Edital, do processo licitatório ou do contrato respectivo.
- 20.31. É obrigação do licitante acompanhar no site Portal de Compras do Governo Federal todas as fases do certame, bem como manifestar-se via chat, quando solicitado, não podendo posteriormente alegar desconhecimento, uma vez que todas as orientações, solicitações, etc., serão feitas via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal.
- 20.32. Naquilo que não conflitar com as disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes (RSFB), nem com os diplomas normativos específicos sobre pregão, o presente certame adotará, para fins específicos de viabilização desta modalidade, o rito procedimental estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, incluindo as adaptações do pregão eletrônico do Compras.gov.br às disposições da Lei n.º 14.133/2021.

**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Paulo César Brunelli  
Gerente Geral – GEACO/DIRAD



**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1 Fornecimento de talonário de cheques Banestes, conforme os seguintes critérios: confecção, personalização e encadernação de talonários de cheques únicos com capa e contracapa e de cheques em formulário contínuo (cheque empresa).

Item	Tipo Talonário/Formulário	Quantidade (média mensal)
01	Cheque único/lembrete ou requisição [folha no formato 76 mm x 216 mm (uma imagem)]	80.000*
02	Cheque Empresa [04 (quatro) folhas (imagens) de cheques por página impressa, cujas dimensões da página são 330 x 216 mm (uma página)]	1.100
03	Conjunto Capa/Contracapa Talonário Cheque Único [cada folha no formato 76 mm x 216 mm]	4.000

\* 4.000 talonários, contendo 20 folhas cada.

**Nota:** Os quantitativos informados não representam garantia mínima de faturamento e nem limitador do contrato para aquisição dos itens, sendo que a quantidade a ser adquirida será de acordo com a demanda.

1.2. Ainda que a solução contratada não seja caracterizada como Software como Serviço (SaaS) e não haja interação direta do CONTRATANTE com interface ou serviços do sistema da CONTRATADA, o presente objeto envolve integração sistêmica por meio de troca de arquivos, podendo conter dados protegidos, inclusive dados pessoais, o que impõe à CONTRATADA a observância de requisitos técnicos, de segurança da informação e de proteção de dados, nos termos desta Especificação Técnica e da legislação aplicável.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Conforme o Anexo I.1 - Especificações Técnicas.

**3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

**4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

**5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A utilização de talonário de cheques para movimentação financeira de contas correntes, embora tenha reduzido nos últimos anos, continua vigente pelas normas do BACEN e permanece sendo utilizado pelos clientes Banestes. Desse modo, é necessário uma nova contratação, visando dar continuidade ao serviço, que é essencial ao negócio.

**6. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO**

6.1 Bem ou serviço comum (item 4.7.1.1)	Sim.
6.2 Procedimento de licitação (item 4.7.1)	Licitação Banestes pelo rito da modalidade pregão.
6.3 Forma de licitação	Eletrônica.
6.4 Inversão de fases (item 4.7.2)	Não.



<b>5. Critério de julgamento (item 4.7.3)</b>	Maior Desconto.
<b>6.6 Regime de execução (item 4.7.4)</b>	Empreitada por Preço Unitário.
<b>6.7 Obras e Serviços de Engenharia - Documentos (item 4.3.2)</b>	Não se aplica.
<b>6.8 Tratamento diferenciado e simplificado para ME, EPP e MEI ou equiparadas (item 4.7.5)</b>	Não é vantajoso para a empresa do SFB ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
<b>6.9 Participação de empresas em consórcio</b>	Não. A vedação à formação de consórcios é justificada pela presença de fornecedores capazes de cumprir integralmente as obrigações contratuais de forma individual. Por se tratar de objeto considerado um serviço comum, há mercado compatível com o objeto da contratação, de modo que a restrição não limita a competitividade da licitação.
<b>6.10 Subcontratação do objeto</b>	Não.
<b>6.11 Sigilo do valor estimado da contratação</b>	Não, conforme art. 34, §1º, da Lei nº 13.303/2016.
<b>6.12 Documentos de habilitação</b>	<b>Qualificação técnica</b> Conforme o Edital.  <b>Qualificação econômico-financeira</b> Conforme o Edital.
<b>6.13 Registro de Preços</b>	Não.

## 7. DEFINIÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

### 7.1. CUSTO INDIRETO

7.1.1 Os custos indiretos estão relacionados ao arquivamento dos talonários/formulários recebidos da CONTRATADA, bem como à distribuição dos talonários para as unidades do Banestes e para o endereço do cliente, a partir dos departamentos de expedição e suprimento do Banestes.

7.1.2 A partir do recebimento dos talonários/formulários, a CONTRATANTE fica responsável pelos custos da distribuição às agências e ao endereço dos clientes, a qual é realizada pela empresa de mensageria contratada.

### 7.2. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

#### 7.2.1 Metodologia de cálculo:

7.2.1.1 A definição dos preços unitários utilizados para compor o processo e para o cálculo do valor global foi realizada seguindo os critérios a seguir:

a) a utilização do menor valor orçado para o formulário Cheque Único e do menor valor para os formulários Cheque Empresa e Conjunto Capa e Contracapa de Talonário Cheque Único.

b) custo de envio da entrega dos talonários/formulários pela empresa CONTRATADA, incluído nos orçamentos, e realizado diretamente à expedição da CONTRATANTE, considerando a necessidade de controle e facilidade de conferência no recebimento do objeto, para posterior distribuição às demais unidades e clientes.



c) média da quantidade de talonários/formulários produzidos/consumidos nos últimos meses, conforme informações apresentadas no Anexo I.1 - Especificações Técnicas.

#### 7.2.2 Valor estimado unitário:

7.2.2.1 O valor unitário estimado para cada um dos tipos de talonários/formulários está disponível na tabela a seguir, conforme critérios informados:

<b>Cheque único/Lembrete ou Requisição</b> <i>[folha no formato 76 mm x 216 mm (uma imagem)]</i>	<b>Cheque Empresa*</b> <i>[04 (quatro) folhas (imagens) de cheques por página impressa, cujas dimensões da página são 330 x 216 mm (uma página)]</i>	<b>Conjunto Capa/Contracapa Talonário Cheque Único</b> <i>[cada folha no formato 76 mm x 216 mm]</i>
R\$ 0,82	R\$ 7,44	R\$ 2,76

\*Uma folha com quatro imagens de cheque.

#### 7.4.3 Valor global estimado da contratação:

Item	Tipo Talonário/Formulário	Quantidade (média mensal)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
01	Cheque único/Lembrete ou Requisição	80.000*	R\$ 0,82	R\$ 65.600,00	R\$ 787.200,00
02	Cheque Empresa	1.100	R\$ 7,44	R\$ 8.184,00	R\$ 98.208,00
03	Conjunto Capa/ Contracapa Talonário Cheque Único	4.000	R\$ 2,76	R\$ 11.040,00	R\$ 132.480,00
<b>Valor Total Anual</b>					<b>R\$ 1.017.888,00</b>
<b>Valor Global (60 meses)</b>					<b>R\$ 5.089.440,00</b>

\* 4.000 talonários, contendo 20 folhas cada.

7.4.3.1 Os quantitativos informados não representam garantia mínima de faturamento e nem limitador do contrato para aquisição dos itens, sendo que a quantidade a ser adquirida será de acordo com a demanda.

7.4.3.2 O valor estimado não está considerando os possíveis reajustes anuais aplicados, que utilizará como base o índice IGP-M.

## 8. PROJETO VINCULADO

Não se aplica.

## 9. CONTINUIDADE

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

## 10. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

## 11. GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO

11.1 Gestor:

- GECOD –Thais Helena Nakassima Morosini – Matrícula: 030075319.

11.2 Fiscais:

- GECOD – Diana Masri – Matrícula: 030078121;
- GESEP – Deysiane Cristina de Lima – Matrícula: 030094690;
- GESEP – Waldo da Silva Ribeiro – Matrícula: 030040329;
- GESEP – Washington Alves Freitas Filho – Matrícula: 030063922.



**ANEXO I.1****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****1. OBJETO**

1.1. Fornecimento de talonário de cheques Banestes, conforme os seguintes critérios: confecção, personalização e encadernação de talonários de cheques únicos com capa e contracapa e de cheques em formulário contínuo (cheque empresa).

1.2. Ainda que a solução contratada não seja caracterizada como Software como Serviço (SaaS) e não haja interação direta do CONTRATANTE com interface ou serviços do sistema da CONTRATADA, o presente objeto envolve integração sistêmica por meio de troca de arquivos, podendo conter dados protegidos, inclusive dados pessoais, o que impõe à CONTRATADA a observância de requisitos técnicos, de segurança da informação e de proteção de dados, nos termos desta Especificação Técnica e da legislação aplicável.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

<b>2.1 Local de Entrega ou da Execução do Objeto</b>	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.
<b>2.2 Prazo de Execução do Objeto</b>	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.
<b>2.3 Recebimento do Objeto</b>	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.
<b>2.4 Vigência do Contrato</b>	<p>Prazo de vigência do contrato: 60 meses Início do prazo de vigência: até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato, mediante finalização da transição contratual.</p> <p>Possibilidade de prorrogação: Não.</p>
<b>2.5 Vistoria prévia</b>	<p>Após a aprovação da amostra, a equipe técnica da CONTRATANTE realizará, em até 10 dias úteis, a vistoria prévia "in loco" no ambiente de produção e de contingência da PROPONENTE para verificar a integridade dos produtos acabados, a qualidade da impressão e qualquer recurso que possa comprometer a qualidade e a segurança dos serviços que serão contratados, bem como avaliar se atendem a todos os demais requisitos descritos neste documento e em seus anexos.</p> <p>Após a realização da vistoria prévia, a CONTRATANTE apresentará documento constando o parecer final da análise, no prazo de até 05 dias úteis, no qual declarará se a PROPONENTE está APTA ou NÃO APTA nesta fase do processo.</p> <p>Para ser considerada APTA, a PROPONENTE deve atender a todos os requisitos apresentados neste documento e seus anexos.</p> <p>Caso a PROPONENTE possua a Certificação ISO 27001, deverá apresentá-la como comprovante de atendimento aos requisitos 4.3, 4.6, 4.10, 4.11 e 4.12, detalhados no item 4. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Anexo I.1-A, sendo dispensada da vistoria prévia com relação aos referidos requisitos.</p> <p>Caso seja declarada APTA, o resultado da licitação será adjudicado pelo Pregoeiro, quando for o caso, e homologado pela Autoridade Superior.</p>





	<p>Caso seja declarada NÃO APTA, a proponente será DESCLASSIFICADA e será retomado o processo, ou seja, os detentores das propostas que constarem da classificação definitiva (após a fase de lances) serão convocados para uma nova sessão, na qual será verificada/analisaada a documentação de habilitação daquele que ofertou a segunda melhor proposta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.</p> <p>A CONTRATANTE poderá realizar, ainda, visita técnica ao site de contingência da CONTRATADA. O ambiente de contingência deve atender às mesmas especificações técnicas exigidas para o ambiente principal.</p> <p>Na hipótese de impedimento devidamente justificado para a realização da vistoria 'in loco' (ex.: restrições sanitárias, desastres naturais ou impossibilidade logística comprovada), ou por decisão motivada da Administração visando à economicidade, a vistoria será convertida para a modalidade remota.</p> <p>A avaliação remota será realizada por meio de videoconferência em tempo real, com gravação integral, e, se necessário, mediante acesso remoto assistido aos sistemas, utilizando-se as ferramentas Google Meet ou similar.</p> <p>O cronograma para a realização da vistoria remota deverá ser definido pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis após a constatação do impedimento, devendo a LICITANTE garantir os meios técnicos e de conectividade necessários para a efetiva validação dos requisitos.</p>
<b>2.6 Marca ou modelo</b>	Não se aplica.



2.7 Avaliação de Amostra/protótipo	Após a realização do Pregão Eletrônico, a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar será submetida à apresentação de amostra/protótipo dos formulários/talonários, no prazo de até 08 dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro, conforme os requisitos de confecção de cheques e itens de segurança descritos e disponíveis neste edital.												
	A quantidade das amostras deverá ser conforme a tabela abaixo e deverá vir etiquetada com o nome do fornecedor, modalidade/número da licitação e número do item.												
	<table><tr><th>ITEM</th><th>DESCRIÇÃO</th><th>QUANTIDADE</th></tr><tr><td>1</td><td>Cheque Único - Talão</td><td>02 talões de 20 folhas</td></tr><tr><td>2</td><td>Cheque Único Correio - Talão</td><td>02 talões de 20 folhas</td></tr><tr><td>3</td><td>Cheque Formulário Contínuo</td><td>02 páginas com 4 unidades</td></tr></table>	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	1	Cheque Único - Talão	02 talões de 20 folhas	2	Cheque Único Correio - Talão	02 talões de 20 folhas	3	Cheque Formulário Contínuo	02 páginas com 4 unidades
	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE										
	1	Cheque Único - Talão	02 talões de 20 folhas										
	2	Cheque Único Correio - Talão	02 talões de 20 folhas										
	3	Cheque Formulário Contínuo	02 páginas com 4 unidades										
O descumprimento do prazo estipulado no item 2.7 ensejará a desclassificação do licitante.													
A Equipe Técnica do BANESTES avaliará as amostras apresentadas em até 05 dias úteis e, caso verifique alguma inconsistência, solicitará à CONTRATADA adequação.													
A CONTRATADA terá o prazo de até 03 dias úteis para providenciar as adequações solicitadas e apresentar as novas amostras.													
A CONTRATANTE avaliará as novas amostras no prazo de até 05 dias úteis.													
A continuidade da contratação depende da aprovação das amostras apresentadas pela contratante.													
Eventuais dúvidas quanto à confecção dos cheques, arte e itens de segurança serão tratadas pontualmente e a decisão sobre o atendimento dos itens ficará a critério do BANESTES.													
O BANESTES emitirá parecer aprovando ou reprovando a amostra apresentada.													
2.8 Nível Mínimo de Serviço ou Service Level Agreement (SLA)	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.												
2.9 Certificações	<b>Qualidade do produto:</b> Não.  <b>Processo de fabricação:</b> Certificações de compliance e segurança, conforme previsto na Cláusula Sétima - Das Obrigações da Contratada, da Minuta Contratual - Anexo II.												
2.10 Garantia contratual para execução do objeto	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.												
2.11 Condições especiais quanto à periodicidade e à forma para a empresa do SFB realizar o pagamento	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.												
2.12 Prazo de Garantia Técnica	Não se aplica.												



<b>2.13 Manual/Folder/Prospecto</b>	Não.
<b>2.14 GEOBRAS</b>	Não.
<b>2.15 Serviços Relevantes</b>	Não.
<b>2.16 LGPD</b>	Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.
<b>2.17 Outras informações</b>	Detalhamento nos anexos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Anexo I.1-A - Requisitos Técnicos;</li> <li>• Anexo I.1-B - Requisitos Adicionais de Itens de Segurança;</li> <li>• Anexo I.1-C - Requisitos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (LGPD);</li> <li>• Anexo I.1-D - Requisitos de Arquitetura para Segurança, Rastreabilidade e Proteção de Dados na Integração Via EDI.</li> </ul>

**3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

**4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Conforme a Minuta Contratual - Anexo II.

**5. CRITÉRIOS PARA A RESPOSTA DO FORNECEDOR**

5.1. O preço deve ser indicado em moeda corrente, com indicação numérica e por extenso e com duas casas decimais após a vírgula.

5.2. A proposta deve conter a identificação da empresa (razão social e CNPJ) e o prazo de validade da proposta.



**ANEXO I.1-A****REQUISITOS TÉCNICOS****1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES (CHEQUE ÚNICO)**

1.1 Fornecimento de serviços de confecção e impressão de talonários de cheques, a partir de informações provenientes da CONTRATANTE, por meio de software próprio de EDI fornecido pelo BANESTES.

1.2 O Talonário de Cheques é composto por:

- a) 01 folha de Lembrete de Desbloqueio do Talão de Cheques (para talões entregues no endereço do cliente) ou 01 folha de Requisição de Talão de Cheques (para talões entregues via rede de agências);
- b) 10 ou 20 folhas de cheque;
- c) 01 capa;
- d) 01 contracapa;
- e) 02 grampos encadernadores de alta resistência à oxidação;
- f) etiqueta lombadora;
- g) os talões são montados com dois grampos na margem esquerda e uma etiqueta lombadora para acabamento.

1.2.1 Capa do Talonário de Cheques:

- a) Formato: 76 mm x 216 mm;
- b) Papel: Chambril Laser, gramatura 120 g/m<sup>2</sup> e cor branca;
- c) Impressão face externa: tipo off set, em policromia (escala CMYK ou Pantone), com leiaute fornecido pelo BANESTES e que poderão ser atualizados a qualquer tempo;
- d) Impressão face interna: tipo off set, em policromia (escala CMYK ou Pantone), com leiaute fornecido pelo BANESTES e que poderão ser atualizados a qualquer tempo.

1.2.2 Folha de Cheque/Requisição ou Lembrete de Desbloqueio de Talão de Cheques

- a) Formato: 76 mm x 216 mm;
- b) Papel: Cham-xeq especial para laser, gramatura 90 g/m<sup>2</sup> e cor branca;
- c) Microserrilhas de destaque na vertical a 41 mm da margem esquerda da folha (frente), separando o canhoto do cheque.

1.2.2.1 Impressão FRENTE:

- a) Fundo de segurança nulo invisível, impresso com tinta incolor sensível a erradicadores orgânicos e inorgânicos;
- b) Fundo numismático antiscanner formando as imagens do fundo artístico e o efeito íris;
- c) Prever o uso de tinta anticópia colorida fluorescente na borda direita da folha de cheque;
- d) Logomarca BANESTES medindo 40 mm x 0,64 mm, nas cores azul e verde Banestes e localizada a 46 mm da margem esquerda e a 33 mm da margem superior do formulário;
- e) Palavra BANESTES impressa na cor Azul Banestes e localizada à direita da logomarca;
- f) Linhas loucas duplas;



- g) Linhas em microletras;
- h) Registro perfeito com imagem do ícone “B” do Banestes;
- i) Texto do Código do formulário “Mod. 01.01.01339/2 - mês/ano de impressão”;
- j) Tarja vertical vazada em branco na margem esquerda, medindo 12 mm de largura.

#### 1.2.2.2 Impressão VERSO:

- a) Fundo artístico, textos “CÓD. AG.” e “Nº DA CONTA DO DEPOSITANTE”;
- b) O box “CÓD. AG.” medindo 16 mm x 16 mm e o box “Nº DA CONTA DO DEPOSITANTE” medindo 16 mm x 39 mm, ambos com cantos arredondados e localizados a 20 mm da margem esquerda e 9 mm das margens inferior e superior;
- c) Registro perfeito com imagem do ícone “B” do BANESTES.

#### 1.2.3 Contracapa do Talonário de Cheques

- a) Formato: 76 mm x 216 mm;
- b) Papel: Chambril Laser, gramatura 120 g/m² e cor branca;
- c) Impressão face externa: tipo off set, em policromia (escala CMYK ou Pantone) com leiaute fornecido pelo BANESTES e que poderá ser atualizado a qualquer tempo;
- d) Impressão face interna: tipo off set, em policromia (escala CMYK ou Pantone), com leiaute fornecido pelo BANESTES e que poderá ser atualizado a qualquer tempo.

#### 1.2.4 Etiqueta Lombadora

- a) Formato: 24 mm x 75 mm com cantos arredondados;
- b) Papel para etiqueta autoadesivo, couchê ilustracion (ref. Fabricante Fasson), na cor a ser definida pela CONTRATANTE, gramatura 80 g/m² e espessura 0,10 mm;
- c) O adesivo deve ser acrílico e transparente.

#### 1.2.5 Tipografia dos Dados Fixos e Variáveis

1.2.5.1 As características de fontes (tipo e tamanho) serão avaliadas pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, de forma a permitir a utilização de fonte similar à existente. A avaliação se dará por meio de provas gráficas previstas nesta especificação.

#### 1.2.6 Capa e Contracapa

1.2.6.1 A CONTRATADA deverá confeccionar a capa e a contracapa em estrita conformidade com os leiautes (frente e verso) a serem previamente fornecidos pelo BANESTES.

1.3 Os talonários de cheque único correio, confeccionados com a folha “Lembrete de Desbloqueio de Talão de Cheques”, conforme dados do arquivo lógico recebido pela CONTRATADA, devem ser envelopados e identificados com capeadores (etiquetas), conforme as especificações a seguir, independente do local de entrega definido pela CONTRATANTE:

##### 1.3.1 Leiaute do Envelope Plástico para Envio do Talão de Cheque ao Endereço do Cliente:

- a) Confeção em polietileno coextrusado;
- b) Espessura: 15 microns (dois lados);
- c) Cor do plástico:
  - Face interna: preta;
  - Face externa: branca;
  - Dimensões do envelope s/ aba: 280mm(largura) x 130mm (altura);
  - O envelope deve ser lacrado com selagem térmica ou com aba adesiva.



- Dimensões da aba: 30mm (largura ) x 130mm (altura);
- No caso de aba postiça, confeccionar em polietileno de média densidade, transparente, soldada ao envelope;
- Acabamento: a aba deverá conter uma faixa impressa na cor vermelha, de forma que, a qualquer tentativa de violação, a tinta se solte, identificando a violação com o aparecimento da palavra "violado";

d) Impressão:

- Tipo: flexografia, no verso do envelope fechado, na cor Azul Banestes, para o quadro dos correios e textos;
- Tipografia: Arial Narrow para título e texto;
- Fechamento de construção: nas laterais, através de termosoldagem do tipo beira lateral de, aproximadamente 7mm de largura (incluindo o cordão de solda), salientando que a solda deverá garantir a qualidade e a segurança do fechamento;
- dispositivo do fechamento: aplicação de cola de segurança no lado interno da aba e no lado externo da frente do envelope, com 13mm (larg.) X 130mm (compri.) E 7mm (larg.) X 40mm (compri.).

1.3.2 Leiaute do Capeador para anexar ao Envelope Plástico para Envio de Talão de Cheque ao Endereço do Cliente:

- a) Formato: 210mm x 10mm;
- b) Papel: apergaminhado 75 g/m2;
- c) Cor: branca;
- d) Impressão: preta, com leiaute fornecido pelo banco;
- e) Picote para destaque, localizado a 75mm da margem esquerda;
- f) Leiaute Utilizado em conjunto com o Envelope.

1.4 Considerações Gerais Sobre as Características Técnicas:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, para avaliação e aceite, 20 (vinte) exemplares (prova gráfica/máquina) de cada componente do talonário (capa, contracapa, folha de cheque e etiqueta lombadora) ao departamento de suprimento, no endereço atual ou em futuro endereço que venha a se instalar, dentro da Grande Vitória.
- b) A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar alterações no leiaute da capa e contracapa e das folhas do talonário de cheque, à CONTRATADA, sendo o ônus das alterações de responsabilidade da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá, para toda alteração solicitada, apresentar o novo leiaute em formato digital, bem como exemplares físicos conforme item anterior, para prévia aprovação da CONTRATANTE. Após aprovação final do leiaute, a CONTRATADA deverá enviar o arquivo digital para arquivamento e guarda pela CONTRATANTE.
- c) A CONTRATANTE solicitará as alterações de capa e contracapa e das folhas do talonário de cheque, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias e fornecerá os leiautes necessários para que as providências sejam tomadas.
- d) A CONTRATADA poderá alterar as especificações de cores utilizadas na confecção do talonário por motivos externos, tais como, a descontinuidade na produção do material por parte dos fornecedores de insumos, desde que tenha a anuência da CONTRATANTE.
- e) A CONTRATANTE poderá incluir a impressão de dados variáveis em uma 4ª linha de código CMC7 a ser definida posteriormente. Para isso, a CONTRATANTE comunicará previamente à CONTRATADA quando da necessidade de impressão.





- f) A CONTRATANTE irá fornecer o arquivo digital contendo o leiaute para o início da confecção das folhas do talonário. Este arquivo deverá ficar sob a guarda e responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por sua integridade e confidencialidade. Se necessário, cópias do arquivo poderão ser feitas para garantir a continuidade dos serviços em caso de falha ou dano no arquivo original, desde que com a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- g) Caso a CONTRATADA identifique algum indício de uso indevido dos arquivos digitais contendo os leiautes da capa e contracapa e das folhas de talonário de cheques que estão em sua posse, ou caso ocorra a exclusão perda ou dano ao(s) arquivo(s) digital(is), a CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE. O ônus pela reposição ou recriação de um novo arquivo será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- h) A CONTRATADA deverá excluir permanentemente todos os arquivos digitais e respectivas cópias utilizados na confecção dos cheques, sob sua responsabilidade, quando do vencimento e/ou encerramento do contrato com a CONTRATANTE.
- i) A CONTRATADA deverá também entregar uma declaração formal atestando que todos os arquivos relacionados à confecção dos cheques da CONTRATANTE foram devidamente excluídos de seus sistemas e não permanecem em seu poder.
- j) Os talões de cheque único, destinados às agências, devem ser separados por unidade e embalados em filme de pvc encolhível shrink film, acompanhados do relatório "DCTRZ2.1 - Talonários Confeccionados Neste Processamento" correspondente a cada agência, e acondicionados em caixa de papelão com parede dupla e ondas B e C, fechada e lacrada com fita adesiva ou gomada, contendo externamente e de forma visível, a data de referência do processamento, o número da caixa e o número total de caixas.
- k) Os talões de cheque único, destinados aos endereços dos clientes, devem ser envelopados e identificados com capeadores (etiquetas) específicos, conforme especificações técnicas apresentadas neste documento, e agrupados separadamente daqueles destinados às agências da CONTRATANTE.
- l) A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, que a CONTRATADA realize o serviço de "emalotamento" dos talonários de cheque único, bem como o respectivo controle dos números de lacre dos malotes, despachando-os diretamente para a prestadora dos serviços de mensageria da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- m) Caso seja solicitado à CONTRATADA o serviço de "emalotamento" com despacho direto para a prestadora dos serviços de mensageria da CONTRATANTE, a CONTRATADA se responsabiliza pelo correto procedimento, garantindo que os capeadores vinculados serão direcionados aos clientes e agências corretos, conforme dados lógicos dos arquivos de confecção de cheques de cada movimento diário;
- n) As provas gráficas dos Envelopes Plásticos e Capeadores para Envio de Talonário ao endereço do cliente devem ser apresentadas ao departamento de suprimentos da CONTRATANTE para aprovação antes das impressões definitivas.

### 1.5 Quantidade

1.5.1 A demanda de impressão média estimada para talonários prontos e acabados, contendo 20 folhas de cheques cada, é de aproximadamente 4.000 (quatro mil) unidades/mês. Deve-se considerar, ainda, a preparação de 5% desses talonários, em média, para envio ao endereço do cliente.

1.5.2 Pela natureza do negócio bancário, a referida demanda é variável, ou seja, a demanda mensal real se dará conforme a necessidade/conveniência da CONTRATANTE, não



cabendo à CONTRATADA qualquer forma de pleito, sob o argumento de aumento ou redução da demanda dos serviços.

1.5.3 A CONTRATANTE poderá solicitar talonários com quantidade de folhas de acordo com a necessidade dos clientes, desde que esteja dentro do limite de 10 a 50 folhas.

## **2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E IMPRESSÃO DE FORMULÁRIOS DE CHEQUE EMPRESA**

2.1 Fornecimento de folhas de cheques empresa, a partir de informações provenientes da CONTRATANTE, conforme especificações apresentadas abaixo:

2.2 Características Técnicas das Folhas de Cheques Avulsas:

2.2.1 O formulário de cheque empresa é composto por:

- a) 04 (quatro) folhas (imagens) de cheques por página impressa, cujas dimensões da página são 330 x 216 mm;
- b) Relatório "Relação de Correntista" contendo as informações do lote de formulários.

2.2.2 Cada imagem de cheque que compõe a página terá:

- a) Formato: 1ª e 2ª Vias: 3" Pol. x 175 mm (sem remalina);
- b) Papel: 1ª Via Cham-xeq especial para laser com gramatura 90 g/m<sup>2</sup> e cor branca; e 2ª Via: Apergaminhado, gramatura 63 g/m<sup>2</sup> e cor branca;
- c) Serrilhas verticais de destaque das remalinas esquerda e direita, que deverá ser do tipo intermediária, entre a serrilha normal e o micropicote. Micropicotes de difícil destaque para dobra das folhas e intermediária entre os cheques. Os micropicotes deverão ser interrompidos a 3 mm da extremidade;
- d) Área Cega de 4 mm entre a cabeça e o pé de cada cheque;
- e) Apresentação: contínuo/sanfonado e, em cada espelho de 12 polegadas, deverá ter 4 jogos;
- f) Carbono: "on time", preto, intercalado e colado entre as vias do jogo;
- g) Aprisionamento das Vias: com remalina (esquerda/direita), crimpagem na remalina esquerda/direita e filete de cola na remalina esquerda, aprisionando o carbono.

2.2.3 Impressão FRENTE (1ª VIA):

- a) Fundo de segurança nulo, invisível, impresso com tinta incolor, sensível a erradicadores orgânicos e inorgânicos;
- b) Fundo numismático antiscanner formando as imagens do fundo artístico e o efeito íris;
- c) Logomarca BANESTES medindo 40 mm x 0,64 mm e nas cores Azul Banestes (ref. Azul 2728C cat. Pantone) e Verde Banestes (ref. Verde 2423C cat. Pantone), localizada a 46 mm da margem esquerda e a 33 mm da margem superior do formulário;
- d) Em uma folha com 4 imagens, as logomarcas devem estar equidistantes 3 polegadas entre si (de pé a pé);
- e) Palavra BANESTES impressa na cor Azul Banestes (ref. Azul 2728C cat. Pantone) e localizada à direita da logomarca;
- f) Linhas loucas duplas;
- g) Linhas em microletras;
- h) Registro perfeito com imagem do ícone "B" do Banestes;
- i) Texto do Código do formulário "Mod. 01.04.00926/4 – mês/ano de impressão;



j) Textos e traçados impressos na cor Azul.

2.2.4 Impressão VERSO (1ª VIA):

- a) Fundo artístico, textos “CÓD. AG.” e “Nº DA CONTA DO DEPOSITANTE”;
- b) O box “CÓD. AG.” medindo 16 mm x 16 mm e o box “Nº DA CONTA DO DEPOSITANTE” medindo 16 mm x 39 mm, ambos com cantos arredondados e localizados a 20 mm da margem esquerda e 9 mm das margens inferior e superior;
- c) Registro perfeito com imagem do ícone “B” do Banestes.

2.2.5 Impressão FRENTE (2ª VIA):

- a) Logomarca;
- b) Textos e traçados impressos na cor Azul;
- c) Expressão “CÓPIA” reticulada na cor Azul.

2.2.6 Relatório “Relação de Correntista” (03 VIAS):

- a) Relatório impresso, para ser enviado junto com as folhas cheques, contendo as seguintes informações:
  - Número do pedido
  - Data do pedido
  - Data da emissão
  - Código da agência
  - Nome da agência
  - Endereço da agência
  - Nome do correntista
  - CPF/CNPJ do correntista
  - Número da conta
  - Série
  - Quantidade de cheques
  - Número do primeiro cheque
  - Número do último cheque
  - Campo para observações

2.2.7 Considerações gerais sobre as características técnicas:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, para avaliação e aceite, 30 (trinta) exemplares (prova gráfica/máquina) do formulário de cheques empresa ao departamento de suprimento, no endereço atual ou em futuro endereço que venha a se instalar, dentro da Grande Vitória;
- b) A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar à CONTRATADA alterações no leiaute do formulário de cheque empresa, sendo o ônus das alterações de responsabilidade da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá, para toda alteração solicitada, apresentar o novo leiaute em formato digital para prévia aprovação da CONTRATANTE. Após aprovação final do leiaute, a CONTRATADA deverá enviar o arquivo digital para arquivamento e guarda pela CONTRATANTE.
- c) A CONTRATADA poderá alterar as especificações de cores utilizadas na confecção do formulário de cheques empresa por motivos externos, tais como, a



descontinuidade na produção do material por parte dos fornecedores de insumos, desde que tenha a anuência da CONTRATANTE;

- d) A CONTRATANTE poderá incluir a impressão de dados variáveis em uma 4ª linha de código CMC7 a ser definida posteriormente. Para isto, a CONTRATANTE comunicará previamente à CONTRATADA quando da necessidade da referida impressão;
- e) A tipologia da logomarca do BANESTES será conforme arquivo a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- f) A CONTRATANTE irá fornecer o arquivo digital contendo o leiaute para o início da confecção das folhas do formulário de cheque empresa. Este arquivo deverá permanecer sob a guarda e responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por sua integridade e confidencialidade. Se necessário, cópias do arquivo poderão ser feitas para garantir a continuidade dos serviços em caso de falha ou dano no arquivo original, desde que com a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- g) Caso a CONTRATADA identifique algum indício de uso indevido dos arquivos digitais contendo os leiautes da capa e contracapa e das folhas de talonário de cheques que estão em sua posse, ou caso ocorra perda ou dano ao arquivo digital de posse da CONTRATADA, a CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE. O ônus pela reposição ou recriação de um novo arquivo será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- h) A CONTRATADA deverá excluir permanentemente todos os arquivos digitais e respectivas cópias utilizados na confecção dos formulários, sob sua responsabilidade, quando do vencimento e/ou encerramento do contrato com a CONTRATANTE.
- i) A CONTRATADA deverá também entregar uma declaração formal atestando que todos os arquivos relacionados à confecção dos formulários da CONTRATANTE foram devidamente excluídos de seus sistemas e não permanecem em seu poder.
- j) Cada lote deverá ser separado por conta corrente, embalado em filme de pvc encolhível shrink film e sustentado na parte superior e inferior, por um tabuleiro de papelão ondulado de parede simples e onda b, no formato 216mm x 305mm, acompanhado da primeira via do relatório “Relação de Correntista”, contendo as informações descritas no item 2.2.6, letra a.
- k) Posteriormente, cada lote deve ser inserido em caixa de papelão de acordo com a data do pedido. Na sequência, os lotes deverão ser acondicionados em caixa de papelão, com a 2ª e 3ª vias do relatório citado e serem fechadas e lacradas com fita adesiva ou gomada. Cada caixa deverá conter a identificação da CONTRATADA, localizada no lado direito, no sentido vertical, contendo a identificação da empresa fornecedora, o nome da CONTRATANTE, o endereço de entrega, a identificação do produto e a sequência inicial e final contida na caixa, não interferindo na leitura para efeito de conferência.
- l) A CONTRATANTE poderá solicitar que a CONTRATADA realize o serviço de “emalotamento” dos talonários de cheque empresa, bem como o respectivo controle dos números de lacre dos malotes, despachando-os para a expedição/prestadora de serviço de mensageria da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- m) Caso seja solicitado à CONTRATADA o serviço de “emalotamento” com despacho direto para a prestadora dos serviços de mensageria da CONTRATANTE, a CONTRATADA se responsabiliza pelo correto procedimento, garantindo que os capeadores vinculados serão direcionados aos clientes e agências corretos,



conforme dados lógicos dos arquivos de confecção de cheques de cada movimento diário.

## 2.3 Quantidade

2.3.1 A demanda de impressão média mensal estimada para formulários de cheque empresa prontos e acabados é de aproximadamente 1.100 (um mil e cem) páginas, com 04 (quatro) imagens/folhas de cheque cada.

2.3.2 Pela natureza do negócio bancário, a referida demanda é variável, a demanda mensal real se dará conforme a necessidade/conveniência da CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA qualquer forma de pleito, sob o argumento de aumento ou redução da demanda dos serviços.

## 3. REQUISITOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL

3.1 As instalações onde serão executados os serviços objeto deste certame devem possuir os seguintes requisitos e procedimentos de segurança para o ambiente de produção:

3.1.1 Fechamento - O controle diário deverá ser feito no final de cada processo. O fechamento mensal deverá ser feito com o fechamento de todas as ordens de serviços recebidas e a contagem de todos os documentos que estão no processo.

3.1.2 Controle de qualidade da produção - Deve ser descrito pela CONTRATADA, todo o processo de controle de qualidade na execução dos serviços e demais rotinas, que será submetido à avaliação do CONTRATANTE;

3.1.3 Transporte dos documentos - O transporte dos documentos deve ser realizado com discrição de modo a garantir a segurança deles até o recebimento definitivo pelo destinatário ou CONTRATANTE. Deverá possuir controle detalhado do lote de documentos a ser transportado;

3.1.4 Expedição dos documentos - Após a produção, os documentos deverão ser conferidos e embalados pela CONTRATADA para posterior envio à CONTRATANTE. A embalagem deverá ser descaracterizada, ou seja, sem identificação externa do seu conteúdo. Deverá, ainda, conter lacre numerado para assegurar a sua inviolabilidade. A referida embalagem deverá ser acompanhada de documento de controle de expedição contendo, no mínimo, as seguintes informações: data do movimento; data da expedição, número do volume, número total de volumes, número do lacre, (para os cheques, deverá existir relação das unidades com a respectiva quantidade de talonários contidos na embalagem), nome do responsável pelo serviço de expedição, assinatura do responsável pelo serviço de expedição, carimbo da empresa CONTRATADA;

3.1.5 Refugos e sobras de impressão gerados no fechamento da produção diária dos documentos do BANESTES, devem ser triturados/destruídos em fragmentadoras de nível 6 (Até 10mm<sup>2</sup>) em partículas, conforme estabelece o padrão internacional DIN 66.399, mantendo seus respectivos registros.

## 4. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.1 Os dados dos clientes do Banestes devem ser mantidos segregados dos dados de outras empresas por meio de controles físicos e/ou lógicos.

4.2 A CONTRATADA deve possibilitar que a transferência de dados da CONTRATANTE seja realizada de forma criptografada através Transferência Eletrônica de Dados – EDI.

4.3 A CONTRATADA deve possuir, obrigatoriamente, uma solução de proteção de rede e perímetro que inclua, no mínimo, Firewall, Intrusion Prevention System (IPS) e Intrusion Detection System (IDS).

4.4 A CONTRATADA deve adotar controles para monitoramento, detecção e proteção contra vazamento de dados do CONTRATANTE.

4.5 O processamento dos arquivos recebidos da CONTRATANTE deve ser realizado automaticamente, sem necessidade de intervenção humana. O expurgo destes arquivos





deve ser realizado imediatamente após o recebimento e processamento do arquivo pela CONTRATADA.

4.6 A CONTRATADA deverá manter as soluções de segurança atualizadas, no mínimo diariamente, para proteção a ameaças de malwares.

4.7 A CONTRATADA deverá implementar controles para proteger os dados confidenciais do SFB, incluindo criptografia para dados em trânsito e em repouso.

4.8 Implantar mecanismos de proteção dos registros de auditoria (logs) contra modificações e exclusões não autorizadas, em especial por parte de usuários administradores, bem como contra problemas operacionais.

4.9 A solução contratada deve registrar log de eventos relevantes do sistema e auditoria. Os registros de eventos devem conter, no mínimo, autor, origem, destino, data/hora e a descrição do evento.

4.10 A CONTRATADA deverá possuir uma Política de Gestão de Acesso Lógico formalizada, que contemple diretrizes minimamente exigidas pela Resolução nº4.893 do BACEN, papéis e responsabilidades, aprovada nos últimos 12 meses.

4.11 A CONTRATADA deverá possuir um Plano de Resposta a Incidentes de Segurança formalizado, que contemple diretrizes minimamente exigidas pela Resolução nº4.893 do BACEN, papéis e responsabilidades, aprovado nos últimos 12 meses.

4.12 A CONTRATADA deverá possuir uma Política de Segurança formalizada, que contemple diretrizes minimamente exigidas pela Resolução nº4.893 do BACEN, papéis e responsabilidades, aprovada nos últimos 12 meses.

4.13 Utilizar identificação através de credenciais (user id e senha) diferentes para cada usuário do HelpDesk.

## 5. REQUISITOS DE AUDITORIA

5.1 O sistema deve possuir logs para auditoria (trilhas) dos acessos efetuados, tais como: consultas, impressões, inclusões, alterações e exclusões de registros, não excluindo quaisquer outras ações que puderem ser executadas na ferramenta, incluindo o registro de login e logoff, contendo necessariamente usuário, data, hora, IP e porta da estação de trabalho (casos de IPv6 a porta torna-se opcional) e respectivas opções acessadas; OBS: registros de alterações devem conter a informação anterior do campo alterado e a nova.

5.1.1 O sistema deve garantir o registro, em trilhas de auditoria com gravação automática, de todas as ações realizadas pelos usuários, independente do perfil, não podendo haver exceção para nenhum perfil mesmo que sendo administradores;

5.2 O sistema deve possuir logs de falhas ocorridas com mecanismos de visualização em tela e geração de relatório dos logs de falhas.

5.3 O sistema deve garantir que não seja possível alteração ou exclusão de nenhum registro ocorrido nos logs.

5.4 O sistema deve possuir recurso de parametrização do tempo de guarda dos logs (trilha) de auditoria;

5.5 O sistema deve possuir mecanismos de visualização em tela e geração de relatório, dos logs de auditoria (acessos efetuados) tais como: consultas, impressões, inclusões, alterações e exclusões de registros, não excluindo quaisquer outras ações que puderem ser executadas na ferramenta, incluindo o registro de login e logoff. As informações previstas no item 1.1 devem obrigatoriamente constar na visualização em tela e em relatório previstas no item 1.5.

5.5.1 Todo registro deve conter necessariamente usuário executante, data, hora, IP e porta da estação de trabalho (casos de IPv6 a porta torna-se opcional) e respectivas opções acessadas ou ações executadas. Quando se tratar de registros de alterações, devem conter a informação anterior do campo alterado e a nova.





5.6 O sistema deve gravar logs dos relatórios emitidos, informando no mínimo: identificação e descrição do relatório emitido, usuário emissor, data, hora e IP da estação de trabalho solicitante;

5.6.1 Deve possuir mecanismos de visualização em tela e geração de relatório, dos logs dos "Relatórios Emitidos"

5.6.2 O sistema deve possuir, além da visualização, um recurso para exportação do relatório de "Relatórios Emitidos" no formato texto estruturado. Entende-se por recurso, neste item, um botão que o usuário irá clicar e permitirá a exportação para um arquivo no formato texto estruturado, sendo obrigatório pelo menos um dos seguintes formatos .csv, .xls ou .txt.

5.7 O sistema deve possuir grupo de usuário específico para Auditores Internos,

5.7.1 O perfil de auditor deve conceder privilégio RESTRITO de consulta (leitura) e impressão, não sendo permitido a este perfil criar, alterar, excluir ou incluir quaisquer informações. Exceção: Caso o sistema abranja processos que exijam parecer da GEAUD, o perfil pode incluir permissão conforme necessidade do fluxo definido para o processo.

5.7.2 Ao perfil de auditor deve ser concedido o acesso de consulta (leitura) a TODAS as opções existentes dentro do sistema, ou seja, o auditor deve conseguir acessar qualquer menu, sub menu, opção, atividade, tarefa, ação, quer estejam ligadas a requisitos funcionais, ou não funcionais, quer tenham relação com atividades administrativas, operacionais ou comerciais, tendo vínculo direto com a atividade de auditoria ou não.

5.7.3 O perfil do auditor deve garantir o acesso à visualização, emissão e impressão de todo e qualquer relatório disponível dentro do sistema, sejam eles referentes aos logs de auditoria ou não, significando que não podem haver exceções.

5.8 O sistema deve possibilitar o registro de ocorrência e acompanhamento da segregação de função nos processos que possuem a exigência aprovação e/ou pareceres, demonstrando o fluxo de aprovação destas atividades;

5.8.1 Deve possuir mecanismos de visualização em tela e geração de relatório da linha cronológica do funcionamento da segregação.

5.9 O sistema deve possuir, além da visualização, um recurso para exportação do objeto junto da cronologia de segregação aplicada, para um arquivo no formato texto não editável. Entende-se por recurso um botão que o usuário irá clicar e permitirá a exportação.



**ANEXO I.1-B**

**REQUISITOS ADICIONAIS DE ITENS DE SEGURANÇA**

**COMPROVAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA**

<b>Responsabilidade pelos Ativos</b>	
Inventário de Ativos	Se todos os ativos são identificados e um inventário ou registro é mantido com todos os ativos importantes.
<b>Áreas Seguras</b>	
Controles físicos de entrada	Se os controles de entrada estão em vigor para permitir que apenas pessoal autorizado entre em várias áreas da organização.
Protegendo escritórios, salas e instalações	Se os quartos, que possuem o serviço de processamento de informações, estão trancados ou possuem armários ou cofres com chave.
Proteção contra ameaças externas e ambientais	Se a proteção física contra danos causados por incêndio, inundação, terremoto, explosão, agitação civil, epidemias, pandemias e outras formas de desastre natural ou provocada pelo homem está projetada e aplicada.
Trabalhando em áreas seguras	Se a proteção física e as diretrizes para trabalhar em áreas seguras são projetadas e implementadas.
Áreas de entrega e carregamento de acesso público	Se a entrega, o carregamento e outras áreas onde pessoas não autorizadas podem entrar nas instalações são controladas e as instalações de processamento de informações são isoladas, para evitar acesso não autorizado.
<b>Segurança de Equipamentos</b>	
Utilitários de Suporte	Se a permanência de fontes de alimentação, como alimentação múltipla, uma fonte de alimentação ininterrupta (ups), um gerador de backup etc. está sendo utilizada.
Segurança de cabeamento	Se o cabo de alimentação e telecomunicações, transportando dados ou serviços de informações de suporte, está protegido contra interceptação ou dano.
Manutenção de Equipamentos	Se a manutenção é realizada apenas por pessoal autorizado.
	Se os logs são mantidos com todas as falhas reais ou suspeitas e todas as medidas preventivas e corretivas.
	Se controles apropriados são implementados ao enviar equipamentos para fora das instalações.
<b>Procedimentos e responsabilidades operacionais</b>	
Procedimentos operacionais documentados	Se o procedimento operacional está documentado, mantido e disponível para todos os usuários que precisam dele.
Gestão de Mudanças	Se todas as alterações nas instalações e sistemas de processamento de informações são controladas.
Separação de instalações de desenvolvimento, teste e operação	Se as instalações de desenvolvimento e teste estão isoladas das instalações operacionais. Por exemplo, o software de desenvolvimento e produção deve ser executado em computadores diferentes. Onde necessário, as redes de desenvolvimento e produção devem ser mantidas separadas umas das outras.
<b>Aspectos do gerenciamento de continuidade de negócios</b>	
Incluindo a segurança da informação no processo de gerenciamento de continuidade de negócios	Se existe um processo gerenciado que atenda aos requisitos de segurança da informação para desenvolver e manter a continuidade dos negócios em toda a organização.
	Se esse processo compreende os riscos que a organização está enfrentando, identifica ativos críticos para os negócios, identifica impactos de incidentes, considera a implementação de controles preventivos



	<p>adicionais e documenta os planos de continuidade de negócios que atendem aos requisitos de segurança.</p> <p>Os procedimentos adotados para gerenciamento de riscos devem contemplar, no tocante à continuidade de negócios:</p> <p>I - o prazo estipulado para reinício ou normalização das suas atividades ou dos serviços relevantes interrompidos; e</p> <p>II - a comunicação tempestiva ao Banestes das ocorrências de incidentes relevantes e das interrupções dos serviços, bem como das providências para o reinício das suas atividades.</p>
Continuidade de negócios e avaliação de riscos	Se os eventos que causam interrupção no processo de negócios são identificados, juntamente com a probabilidade e o impacto de tais interrupções e suas consequências para a segurança das informações.
Desenvolvimento e implementação de planos de continuidade, incluindo segurança da informação	Se planos foram desenvolvidos para manter e restaurar as operações de negócios, garanta a disponibilidade das informações dentro do nível exigido no prazo necessário após uma interrupção ou falha nos processos de negócios.
Estrutura de planejamento de continuidade de negócios	Se o plano de continuidade de negócios atende aos requisitos de segurança da informação identificados.
Testando a manutenção e reavaliação de planos de continuidade de negócios	<p>Se os planos de continuidade de negócios são testados regularmente para garantir que estejam atualizados e eficazes.</p> <p>Se os testes do plano de continuidade de negócios garantem que todos os membros da equipe de recuperação e outras equipes relevantes estejam cientes dos planos e de suas responsabilidades pela continuidade dos negócios e segurança das informações e conheçam sua função quando o plano for evocado.</p>
<b>Cumprimento dos requisitos legais</b>	
Direitos de Propriedade Intelectual	Se controles como: publicação de políticas de conformidade de direitos de propriedade intelectual, procedimentos para aquisição de software, reconhecimento de políticas, manutenção de prova de propriedade, conformidade com os termos e condições do software são considerados.
Proteção de Registros Organizacionais	Se os registros importantes da organização estão protegidos contra destruição e falsificação de perdas, de acordo com os requisitos estatutários, regulamentares, contratuais e comerciais.
Proteção de dados e privacidade de informações pessoais	Se a proteção e a privacidade dos dados são garantidas de acordo com a legislação, regulamentos e, se aplicável, de acordo com as cláusulas contratuais.
<b>Considerações sobre auditoria de sistemas de informação</b>	
Controle de auditoria de sistemas de informação	Se os requisitos e atividades de auditoria envolvem verificações nos sistemas operacionais devem ser cuidadosamente planejados e acordados para minimizar o risco de interrupções nos processos de negócios.
Proteção de ferramentas de auditoria de sistemas de informação	<p>Se o acesso a ferramentas de auditoria do sistema de informações, como software ou arquivos de dados, está protegido para evitar possíveis usos indevidos ou comprometimentos.</p> <p>Se as ferramentas de auditoria do sistema de informações são separadas dos sistemas operacionais e de desenvolvimento, a menos que seja fornecido um nível apropriado de proteção adicional.</p>



**ANEXO I.1-C**

**REQUISITOS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

A CONTRATADA deve proteger os dados coletados e utilizados no objeto do contrato e avaliar os riscos de privacidade e proteção de dados pessoais, seguindo as obrigações pertinentes à LGPD, conforme requisitos abaixo:

RP.1	<b>Conformidade: Aviso ou Política de Privacidade</b>	A CONTRATADA deve apresentar Aviso ou Política de Privacidade onde seja demonstrado ao titular como os dados pessoais são tratados pela Contratada
RP.2	<b>Conformidade: Política Corporativa de Privacidade</b>	A CONTRATADA deve apresentar normativo interno contendo a documentação dos objetivos, regras, obrigações, restrições e/ou controles que a organização adota para satisfazer os requisitos de privacidade relacionados ao processamento de dados pessoais realizado;
RP.3	<b>Conformidade: Encarregado/DPO</b>	A CONTRATADA deve possuir Encarregado (DPO) nomeado, com identidade e informações de contato mantidas atualizadas e ser divulgadas no sítio eletrônico, apresentadas de forma clara, precisa e em local de destaque e de fácil acesso;
RP.4	<b>Conformidade: Política de Segurança da Informação</b>	A CONTRATADA deve apresentar normativo que contenha suas diretrizes de segurança, dispondo as práticas adotadas para preservação da confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações
RP.5	<b>Conformidade: Política de Resposta à Incidentes de Segurança envolvendo Dados Pessoais</b>	A CONTRATADA deve apresentar normativo contendo as diretrizes e práticas adotadas pela Contratada para lidar com incidentes de segurança cibernética e da informação;
RP.6	<b>Conformidade: Conscientização e Treinamento</b>	A CONTRATADA deve apresentar dispositivo para implementação e manutenção de estratégia abrangente de conscientização e treinamento, destinada a garantir que os envolvidos entendam suas responsabilidades e os procedimentos de proteção de dados pessoais
RP.7	<b>Conformidade: Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD)</b>	A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE nas avaliações de impacto de privacidade relacionadas ao objeto da contratação, fornecendo as informações para os casos em que a elaboração do RIPD seja necessária.
RP.8	<b>Conformidade: Plano de Ação</b>	Caso a CONTRATADA esteja em processo de adequação, os RP's 1 a 7 poderão ser substituídos por apresentação de Plano de Ação, devendo conter as atividades desenvolvidas e o status de cada item.
RP.9	<b>Armazenamento e Minimização dos dados pessoais: Princípio da Necessidade</b>	A CONTRATADA deve coletar apenas os dados pessoais estritamente necessários para cada finalidade específica, sem campos opcionais sempre que possível, a fim de evitar coleta excessiva.
RP.10	<b>Armazenamento e Minimização dos dados pessoais: Exclusão</b>	A CONTRATADA deve utilizar técnicas ou métodos apropriados para garantir exclusão ou destruição segura de dados pessoais, impedindo sua recuperação no processo e garantindo desenvolvimento seguro.



RP.11	<b>Gestão de Acesso: Segregação</b>	A CONTRATADA deve realizar controle de acesso baseado em funções, autenticação multifator, logs de acesso ao painel da gestão e do usuário.
RP.12	<b>Segurança</b>	A CONTRATADA deve oferecer um meio seguro para as comunicações e armazenamento de registros (dados, informações e conhecimento).
RP.13	<b>Criptografia</b>	A CONTRATADA deve implementar e manter controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação definido pela contratante, observando a periodicidade e tempo de guarda legalmente estabelecidos ou definidos pela contratante.
RP.14	<b>Integrações por Troca de Arquivos (EDI)</b>	A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado, a adoção de medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados nesse contexto, incluindo, no mínimo: a) controles de acesso lógico ao ambiente destinatário dos arquivos; b) mecanismos de rastreabilidade e auditoria dos arquivos recebidos e processados; c) proteção dos dados em trânsito e em repouso; d) procedimentos formais para resposta a incidentes de segurança envolvendo dados trafegados via EDI.



**ANEXO I.1-D**

**1. REQUISITOS DE ARQUITETURA PARA SEGURANÇA, RASTREABILIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NA INTEGRAÇÃO VIA EDI**

**1.1 Ambiente destinatário seguro**

A CONTRATADA deverá garantir que o ambiente destinatário dos arquivos trafegados via EDI possua controles técnicos e administrativos adequados à proteção das informações, incluindo, no mínimo: controle de acesso lógico; segregação de ambientes e perfis; gestão de credenciais; proteção contra acessos não autorizados.

**1.2 Confidencialidade, integridade e disponibilidade**

A CONTRATADA deverá assegurar que: os arquivos EDI sejam transmitidos exclusivamente por canais seguros e criptografados; os dados armazenados no ambiente destinatário estejam protegidos contra alteração, destruição ou acesso indevido; existam mecanismos de verificação de integridade dos arquivos recebidos.

**1.3 Rastreabilidade e auditoria**

A CONTRATADA deverá manter mecanismos de rastreabilidade que permitam identificar, no mínimo: data e hora do recebimento dos arquivos; sistema, processo ou componente responsável pelo recebimento; registros de processamento, importação, reprocessamento ou descarte; logs de acesso e operação, mantidos por prazo compatível com exigências legais, regulatórias ou definidas pelo CONTRATANTE.

**1.4 Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais**

Para os fins da Proteção de Dados na Integração via EDI, a CONTRATADA reconhece que: atuará como operadora de dados pessoais, tratando os dados exclusivamente conforme instruções do CONTRATANTE; compromete-se a não utilizar os dados para finalidades diversas das previstas contratualmente; é vedado qualquer compartilhamento, retenção indevida ou reutilização dos dados.

**1.5 Incidentes de segurança da informação**

A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer incidente de segurança que envolva dados trafegados via EDI, bem como: cooperar integralmente na apuração do incidente; adotar medidas corretivas e preventivas; disponibilizar evidências técnicas e registros sempre que solicitado.

**1.6 Auditoria e comprovação de conformidade**

O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar evidências técnicas ou documentais que comprovem o cumprimento dos requisitos de segurança, rastreabilidade e proteção de dados aqui estabelecidos.





**ANEXO II**
**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES ÚNICOS E DE CHEQUES EM FORMULÁRIO CONTÍNUO. ID CIDADES - TCE/ES: 2026.500E1600004.01.0011**

**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, com sede na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-364, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **EMPRESA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0000-00, com sede na endereço, representada neste ato por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m) e se identifica(m), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado o que contém nas cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O objeto desta contratação é a confecção e fornecimento de talonários de cheques únicos e de cheques em formulário contínuo, conforme características e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PAGAMENTO**

Pela entrega do objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme descrito abaixo:

Item	Tipo Talonário/Formulário	Quantidade (média mensal)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
01	Cheque único/Lembrete ou Requisição	80.000*			
02	Cheque Empresa	1.100			
03	Conjunto Capa/ Contracapa Talonário Cheque Único	4.000			
<b>Valor Total Anual</b>					
<b>Valor Global (60 meses)</b>					

\* 4.000 talonários, contendo 20 folhas cada.

**Nota 1:** Os quantitativos estimados constituem mera previsão, de modo que a CONTRATANTE não está obrigada a realizá-los em sua totalidade. O valor global estimado não corresponde à garantia de solicitações mínimas. Não cabe à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização em caso de utilização não integral.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, de acordo com a entrega do objeto, o valor constante na fatura apresentada, em um dos dias 10, 20 ou 30 do mês imediatamente posterior ao faturamento.

**Parágrafo Segundo:** Todas as despesas, diretas ou indiretas, de qualquer natureza necessárias para o cumprimento do objeto deste instrumento, tais como deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, entre outros, ficarão a cargo da CONTRATADA, não cabendo nenhum acréscimo aos valores definidos em sua proposta comercial. Se for o caso, a CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes sobre os pagamentos a serem realizados, conforme determina a legislação vigente.



**Parágrafo Terceiro:** Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, em moeda corrente nacional (real), através de crédito na conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente no BANESTES, ou boleto bancário, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente autorizada pela GECOD – Gerência de Contas de Depósito.

**Parágrafo Quarto:** O faturamento deverá ser apresentado pela CONTRATADA à CONTRATANTE impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil anterior ao fim do mês da execução do objeto.

**Parágrafo Quinto:** Ocorrendo erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA para retificação. Nesse caso, o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

**Parágrafo Sexto:** A CONTRATADA se obriga a emitir a Nota Fiscal/Fatura, referente à execução do objeto, em favor da Unidade da CONTRATANTE tomadora dos serviços (matriz ou filial), devendo constar no documento fiscal o CNPJ e demais dados cadastrais da respectiva unidade, além do número do Contrato (xxxxxxx) e do Identificador CidadES (2026.500E1600004.01.0011). Todas as notas serão entregues, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico [solicitacoes\\_coage@banestes.com.br](mailto:solicitacoes_coage@banestes.com.br) ou na GECOD - Gerência de Contas de Depósito, sito na Av. Princesa Isabel, 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 10º andar, Centro, Vitória/ES, CEP: 29010-364.

**Parágrafo Sétimo:** Se ficar comprovado pagamento a maior, decorrente de erro na emissão de qualquer fatura, a CONTRATADA compromete-se a imediatamente restituir a quantia cobrada em excesso, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativos, e correção monetária, de acordo com o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que incidirão a partir da data do pagamento.

**Parágrafo Oitavo:** Se ficar comprovado pagamento a menor, decorrente de erro na emissão de qualquer fatura, a CONTRATANTE compromete-se a pagar a diferença, na próxima fatura, sem incidência de juros e correção monetária.

**Parágrafo Nono:** A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de regularidade junto ao INSS, que pode ser apresentada através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

**Parágrafo Décimo:** Constatada pela CONTRATANTE qualquer irregularidade da CONTRATADA junto aos órgãos fiscalizadores, será dado o prazo de no máximo 30 (trinta) dias corridos para a regularização.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis. Concomitante à rescisão, a CONTRATANTE oficiará ao órgão fiscalizador da irregularidade para providências legais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Contrato é de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da



data de assinatura do instrumento contratual, não podendo ser prorrogado.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE**

Após o período de 12 (doze) meses, contados da data da última proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, a saber \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, os valores previstos na Cláusula Segunda poderão ser reajustados, desde que haja solicitação formal pela CONTRATADA por Correspondência ou endereço eletrônico: cocap@banestes.com.br, considerando o IGP-M - FGV (Índice Geral de Preços de Mercado), acumulado no período, ou outro índice que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

**Parágrafo Primeiro:** Se em virtude de lei subsequente vier a ser admitida correção de obrigações contratuais em periodicidade inferior à prevista na legislação vigente, as partes, desde já, concordam que as correções dos valores constantes na Cláusula Segunda passarão a ser feita mediante acordo entre as partes.

**Parágrafo Segundo:** Caso haja mudança na política econômica do Governo Federal, o reajuste previsto nesta Cláusula será considerado até aquela data, reajustando-se os preços, no restante do prazo, pelas novas regras que vierem a ser estabelecidas, mediante Termo Aditivo.

**Parágrafo Terceiro:** Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus devem ser solicitados dentro de 30 (trinta) dias da data da anualidade da proposta comercial. Caso a solicitação seja feita após ultrapassado esse prazo, os seus efeitos incidirão a partir da data de recebimento do pedido, sem efeitos retroativos.

**Parágrafo Quarto:** No caso de não observância ao disposto no parágrafo antecedente, serão considerados renunciados pela CONTRATADA os reajustes, bem como as revisões contratuais, com o encerramento do Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA E DOS PRAZOS DE ENTREGA DO OBJETO**

- I. **Local de Entrega ou da Execução do Objeto:** Os talonários de cheques, formulários e capas de cheques confeccionados, personalizados e encadernados pela CONTRATADA, conforme requisitos deste Edital e seus anexos, devem ser entregues diretamente ao departamento de expedição da CONTRATANTE no endereço Av. Princesa Isabel, nº 574, Ed. Palas Center, Bloco B, 2º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-360 ou em futuro endereço que venha a se instalar, dentro da Grande Vitória.
- II. **Prazo de Execução do Objeto:**
  - a. **Cheque Único:** Os talonários de cheques prontos e acabados, devidamente personalizados conforme as exigências e especificações do BANESTES, devem ser entregues, pela CONTRATADA, diretamente no setor de expedição do banco, no horário de 9h às 18h, em dia útil de expediente bancário, devendo ser considerado o prazo máximo de 15 dias corridos, contados a partir do horário de recebimento do arquivo lógico, via EDI.
    - i. O Banestes se compromete a encaminhar os arquivos lógicos até as 04 horas do dia posterior ao do movimento encaminhado para confecção de talonários.
    - ii. O leiaute do arquivo lógico contendo as informações necessárias à confecção dos talonários/formulários de cheque será definido pela CONTRATANTE.
    - iii. A critério da CONTRATANTE e de acordo com sua conveniência,



situações consideradas emergenciais ou urgentes terão como prazo máximo de entrega o período de D+1 para confecção e postagem dos produtos, contados a partir do horário de recebimento do arquivo lógico, via EDI.

- b. **Cheque Empresa:** Os talonários de cheques prontos e acabados, devidamente personalizados conforme as exigências e especificações do BANESTES, devem ser entregues, pela CONTRATADA, diretamente no setor de expedição do banco, no horário de 9h às 18h, em dia útil de expediente bancário, devendo ser considerado o prazo máximo de 15 dias corridos, contados a partir do recebimento do arquivo lógico, via EDI.
- i. O Banestes se compromete a encaminhar os arquivos lógicos até as 04 horas do dia posterior ao do movimento encaminhado para confecção de talonários.
  - ii. O leiaute do arquivo lógico contendo as informações necessárias à confecção dos talonários/formulários de cheque será definido pela CONTRATANTE.
  - iii. A critério da CONTRATANTE e de acordo com sua conveniência, situações consideradas emergenciais ou urgentes terão como prazo máximo de entrega o período de D+1 para confecção e postagem dos produtos, contados a partir do horário de recebimento do arquivo de informações via EDI.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Pela consecução dos objetivos previstos neste Contrato, a CONTRATANTE, além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga a:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- II. Alocar os recursos necessários à execução do objeto contratado;
- III. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para cumprir adequadamente o Contrato;
- IV. Quando identificado pela CONTRATANTE a necessidade de realização de entregas dentro de suas dependências, deverão fornecer à CONTRATADA condições adequadas para execução;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues fora do estabelecido e que estejam em desacordo com os requisitos obrigatórios deste Contrato e seus anexos;
- VI. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento;
- VII. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada na execução das atividades;
- VIII. Não utilizar os funcionários da CONTRATADA para execução de outros serviços que não aqueles aqui contratados. Da mesma forma, não poderá pagar compensações ou fornecer qualquer outro benefício aos funcionários da CONTRATADA;
- IX. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas internas de segurança bancária.

**Parágrafo Único:** A CONTRATANTE se compromete ainda a cumprir as seguintes obrigações específicas:

- I. Providenciar, em equipamento(s) específico(s) da CONTRATADA, a instalação do software de EDI a ser utilizado para tráfego de arquivos entre CONTRATANTE e CONTRATADA. A licença e execução do serviço de instalação do software EDI será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- II. Garantir o envio dos arquivos lógicos no prazo necessário para que a CONTRATADA forneça os formulários objeto deste contrato, em leiaute definido pela CONTRATANTE;
- III. Garantir a segurança no tráfego dos arquivos lógicos enviados para confecção dos formulários objeto deste documento, por meio de EDI;
- IV. Notificar a CONTRATADA por escrito, imediatamente assim que identificado, caso esteja em desacordo com as condições constantes de sua proposta, inclusive, com referência à magnetização e personalização dos serviços que exigirem tais procedimentos.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Pela consecução dos objetivos previstos neste Contrato, a CONTRATADA, além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga a:

- I. Fornecer o objeto contratual nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, sem nenhum ônus extra para a CONTRATANTE, utilizando todos equipamentos/padrões de segurança associados;
- II. Responsabilizar-se pelo integral fornecimento do objeto, inclusive no que se referir a inobservância da legislação em vigor;
- III. Fiscalizar o perfeito cumprimento da execução contratual, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela CONTRATANTE;
- IV. Não permitir que seus empregados ou prepostos executem serviços ou forneçam objeto além dos previstos neste Contrato;
- V. Executar o objeto contratual por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE exigir a retirada daqueles cuja conduta seja inconveniente;
- VI. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga atender prontamente;
- VII. Responder por todo e qualquer dano que causar diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos, praticado comprovadamente por seus prepostos, empregados ou mandatários, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar o valor correspondente dos pagamentos à CONTRATADA. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei, no edital e neste instrumento, inclusive a regularidade fiscal;
- IX. Diligenciar para que seus empregados tratem com civilidade e cortesia o pessoal do SFB e seus clientes;
- X. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão;
- XI. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer





anormalidade que verificar na execução do objeto, mesmo que não sejam de sua competência;

- XII. Responsabilizar-se civilmente por vícios na execução, tais como: quantidade, qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste termo, ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor;
- XIII. Nomear preposto para representar a CONTRATADA durante toda execução do Contrato, com indicação, declaração de ciência e assinatura no formulário apropriado do Banestes;
- XIV. Manter o mais completo e absoluto sigilo, para os jurídicos e legais efeitos, devendo guardar, por si, seus empregados e/ou prepostos, em relação às informações, documentos de qualquer natureza e tecnologia que, em razão deste instrumento, lhe sejam exibidos, manuseados ou por qualquer outra forma ou modo, venham a tomar conhecimento, ficando, portanto, responsáveis por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- XV. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam direta ou indiretamente sobre este Contrato ou seu objeto, ficando, desde logo, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que porventura venha a efetuar por imposição legal, podendo também a CONTRATANTE exigir, se e quando necessário, a apresentação dos respectivos comprovantes de quitação dos períodos anteriores;
- XVI. Cumprir as legislações e regulamentações relativas à prevenção e ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraude;
- XVII. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- XVIII. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, FGTS, seguro e quaisquer encargos propostos, não existindo entre seus empregados e a CONTRATANTE vínculo de qualquer natureza, haja vista que a CONTRATADA, para todos os fins de direito, é empregadora autônoma;
- XIX. Cumprir e manter, durante toda a vigência contratual, padrões elevados de ética, respeitando: a legislação brasileira e os compromissos internacionais assumidos que tratam de direitos humanos e da responsabilidade socioambiental e as exigências legais acerca das responsabilidades trabalhistas e da proibição do trabalho escravo e do trabalho infantil;
- XX. Observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei n. 12.187/09, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei n. 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ademais deve cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade;
- XXI. Não constar, assim como seus sócios e diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sociais, ambientais e climáticos, bem como orientar seus empregados, representantes e fornecedores para que obedeçam à legislação, às normas e aos regulamentos sobre o tema;
- XXII. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/21 e com a Resolução CMN





nº 4.557/2017, bem como com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da CONTRATANTE, responder a questionário de Diligência de Risco Social, Ambiental e Climático sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

XXIII. A CONTRATADA se compromete a atender integralmente às exigências impostas pela legislação e pelas regulamentações destinadas a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento de Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP). Para isso, ficam estabelecidos as seguintes obrigações à CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA se compromete a fornecer, de maneira proativa e conforme solicitado pela CONTRATANTE durante a contratação, todas as informações necessárias para garantir a plena conformidade da CONTRATANTE às exigências impostas pela legislação e pelas regulamentações destinadas a PLD/FTP. Isso inclui, mas não se limita aos dados indicados no anexo deste Contrato;
- b) Além de apresentar as informações detalhadas no anexo deste Contrato, a CONTRATADA poderá ser demandada pela CONTRATANTE a disponibilizar esclarecimentos adicionais ou documentos para subsidiar sua análise. Nesse caso, a CONTRATADA deverá apresentar as informações e documentos solicitados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pela CONTRATANTE, em formato e meio por esta especificados, garantindo a integridade, confidencialidade e segurança dos dados fornecidos;
- c) A CONTRATADA se compromete a manter as informações fornecidas atualizadas, comunicando à CONTRATANTE, de forma célere, quaisquer alterações significativas que possam afetar a avaliação de riscos ou a plena conformidade da CONTRATANTE às exigências impostas pela legislação e pelas regulamentações destinadas a PLD/FTP;
- d) A CONTRATADA permitirá e facilitará a realização de auditorias, inspeções ou qualquer outra forma de fiscalização pela CONTRATANTE ou por entidades reguladoras, com o objetivo de verificar a conformidade das informações fornecidas e a aderência às normativas aplicáveis;
- e) O descumprimento das obrigações estabelecidas neste inciso ou no anexo II.3 sujeitará a CONTRATADA a sanções contratuais, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, incluindo a rescisão contratual e a responsabilização por perdas e danos;
- f) A CONTRATADA assume total responsabilidade pela veracidade, precisão e completude das informações fornecidas durante a contratação.

**Parágrafo Único:** A CONTRATADA se compromete ainda a cumprir as seguintes obrigações específicas:

- I. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que os serviços contratados se realizem com esmero, perfeição e sem interrupção, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- II. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, inclusive quanto à segurança no tráfego interno dos dados, no processamento e armazenamento das informações gerais e no tratamento dos dados pessoais dos clientes do BANESTES, nos termos da Lei Federal nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- III. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer solidariedade e/ou responsabilidade com o CONTRATANTE, os empregados necessários à execução dos serviços objeto da licitação, cabendo-lhe efetuar



todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária etc;

- IV. Executar os serviços por empregados experientes, capacitados e em número suficiente para a execução dos serviços contratados com qualidade;
- V. Promover a substituição do empregado que, a juízo do CONTRATANTE, não preencher as condições de idoneidade e de capacidade profissional exigível para o bom desempenho de suas atividades, bem como daqueles que, durante a execução dos serviços, não estejam correspondendo ao desempenho esperado, devendo a substituição ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação do fato, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;
- VI. Manter plano contingencial, disponibilizando equipe que contemple o processamento em dias considerados atípicos (PICOS), bem como na falta de pessoal e/ou parada de equipamentos por qualquer motivo. O plano contingencial deve abranger todo o processo de execução do objeto, incluindo a entrega e o transporte, de modo a assegurar a continuidade da execução dos serviços contratados;
- VII. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, de modo direto ou indireto, por sua ação ou omissão, por dolo ou culpa, sujeitando-se, ainda, a realizar novamente os serviços incorretamente executados, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;
- VIII. Ressarcir ao CONTRATANTE todo e qualquer prejuízo e respectivos juros/multas resultantes da não execução, atraso ou de erro na execução dos serviços;
- IX. Permitir a presença de prepostos, indicados pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, durante o período de vigência do contrato, para representá-la na execução dos serviços;
- X. Apresentar mensalmente relatório das atividades realizadas durante o mês, ficando o pagamento da fatura condicionado a esta apresentação;
- XI. Comprometer-se e responsabilizar-se pelo fiel e rigoroso cumprimento das especificações, prazos e níveis de serviços (SLA) definidos;
- XII. Possuir "SITE DE CONTINGÊNCIA" próprio, indicando seu endereço, a fim de suprir as necessidades de atendimento aos serviços contratados, visando não sofrer descontinuidade dos serviços em casos de indisponibilidade de seu "SITE PRINCIPAL". Caso não possua site de contingência próprio no momento da contratação, a CONTRATADA terá 30 dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, para montagem do espaço dentro dos padrões e requisitos exigidos neste documento e em seus anexos;
- XIII. Garantir a realização do processo completo do objeto deste contrato pela CONTRATADA, sendo vedada a terceirização de qualquer parte do processo, com exceção do transporte dos documentos, mediante apresentação de contrato firmado entre a CONTRATADA e a empresa terceira e desde que esteja em conformidade com os requisitos de segurança necessários ao transporte desse tipo de documento;
- XIV. Disponibilizar e assegurar aos representantes do BANESTES previamente informados, com data agendada, devidamente identificados por meio de documento de identificação legal original com foto, antes da efetivação da contratação, pleno acesso às dependências operacionais de produção e de contingência da CONTRATADA, para a realização de vistoria das instalações e dos serviços prestados, visando aferir/verificar/fiscalizar o cumprimento das especificações técnicas descritas neste documento;



- XV. Disponibilizar e assegurar aos representantes do BANESTES, devidamente identificados por meio de documento de identificação legal original com foto, a qualquer momento, após a efetivação da contratação, pleno acesso às dependências operacionais de produção e de contingência da CONTRATADA, para a realização de vistoria das instalações e dos serviços prestados, visando aferir/verificar/fiscalizar o cumprimento das especificações técnicas descritas neste documento;
- XVI. Indicar responsável e número telefônico para contato durante o período de 24h, 07 dias por semana, para solução de eventuais problemas de impressão, formulários, comunicação e etc;
- XVII. Responsabilizar-se integralmente pela reimpressão de documentos destruídos e/ou danificados durante o processo produtivo, devendo garantir ainda a entrega total dos produtos à CONTRATANTE;
- XVIII. Responsabilizar-se única e exclusivamente pela infraestrutura de acesso à Internet necessária para a transferência de dados via EDI, de forma a garantir o recebimento dos movimentos diários da CONTRATANTE;
- XIX. Enviar à CONTRATANTE, diariamente, após o processamento do serviço de impressão, um arquivo retorno contendo todos os dados e detalhes de cada movimento impresso, inclusive dados referentes à postagem/entrega do produto, quando houver, para controles da CONTRATANTE. As especificações e formatação deste arquivo serão definidas posteriormente pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA;
- XX. Efetuar a entrega dos produtos devidamente prontos, acabados e embalados de acordo com as especificações técnicas deste documento, em local a ser definido pela CONTRATANTE, conforme inciso I da Cláusula Quinta do presente Instrumento Contratual.
- XXI. Providenciar, quando previamente solicitada, capacitação e adequações tecnológicas e operacionais para a execução do objeto deste contrato, visando o atendimento às normas de acessibilidade aplicáveis ao serviço, no que couber à sua prestação, conforme a legislação vigente e as políticas internas do Banco.
- a. A CONTRATADA deverá apresentar o projeto e o custo dessa implementação para aprovação do CONTRATANTE.
- XXII. Possuir local específico, devidamente monitorado por câmeras, com controle de acesso físico por senha e/ou crachá; com registro eletrônico da entrada e saída de pessoas, com geração de log dos acessos realizados, permitindo consultas posteriores de pelo menos 365 dias aos locais destinados ao armazenamento dos materiais que serão usados no processo produtivo, bem como para o armazenamento temporário dos produtos acabados, conforme detalhamento a seguir:
- a. Acesso às dependências - Somente pessoas cadastradas devem possuir autorização de acesso às dependências da empresa CONTRATADA, tanto nas áreas de produção e contingência quanto no setor de estoque que irá armazenar documentos da CONTRATANTE;
- b. Sistemas de controle de acesso - Em todas as entradas de acesso às dependências da CONTRATADA deverá haver rigoroso controle e registro de entrada e saída de pessoas, veículos e volumes, contendo, entre outras informações, nome, número de identidade, motivo, data e horário da visita, assim como, o(s) autorizador(es). A CONTRATADA deverá manter rigoroso controle de entrada e saída de pessoas, principalmente nos setores onde estiverem sendo produzidos os documentos da CONTRATANTE, devendo restringir apenas aos empregados da área, para não comprometer o sistema



de segurança;

- c. Circuito Fechado de TV – O site de produção deverá possuir sistema de circuito fechado de TV com funcionamento 24 horas por dia 7 dias por semana e gravação realizada de forma remota, com cobertura visual de todas as áreas do Site de impressão, em ilhas de controle de segurança, devendo as gravações ficarem disponíveis para eventuais comprovações, pelo período de, pelo menos, 06 (seis) meses. As instalações deverão, durante todo o período de monitoramento descrito, ter boa luminosidade, posicionamento adequado das câmeras para gravação das imagens, de forma a garantir a identificação das pessoas que adentram no local;
- d. Sistemas de Alarme – O site de produção e o setor de estoque de documentos (folhas de talonário, etc) devem possuir sistema de alarme contra invasões que conte com sensores infravermelhos de presença. Além disso, possuir também alarme de incêndio com sensores de fumaça e dispor de sistema de pronta resposta em caso de detecção de intrusão das dependências onde os documentos do CONTRATANTE são estocados e produzidos;

- XXIII. Possuir controle de estoque dos formulários especiais, sendo feito fechamento diário, que deve ser mantido em arquivo por um período mínimo de 06 (seis) meses para eventuais comprovações;
- XXIV. Fornecer, ao departamento de suprimento da CONTRATANTE, especificação técnica descrevendo os itens de segurança adotados nos formulários, tais como: códigos e reações das tintas, dentre outras informações, para aprovação antes do início das confecções;
- XXV. Apresentar tantas provas digitais quantas forem necessárias, para avaliação e ajustes pelo BANESTES;
- XXVI. Elaborar prova dos formulários (cheque único e cheque empresa) após aprovação final do BANESTES, e encaminhá-los ao Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT e ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil, ambos do estado de São Paulo, para análise e fornecimento de laudos, atestando o desempenho dos elementos de segurança empregados no projeto de segurança dos formulários;
- XXVII. Apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a partir da aprovação do leiaute pelo Banestes, a 1ª prova de teste de impressão de boca de máquina e os laudos do Instituto De Pesquisa Tecnológica – IPT e do Instituto de Criminalística da Polícia Civil. O departamento de suprimento da CONTRATADA irá liberar a conferência do modelo no prazo de até 48 horas;
- XXVIII. Havendo necessidade da 2ª ou mais provas, apresentar a nova prova de máquina com as correções solicitadas no prazo de até 04 (quatro) dias úteis após a devolução da prova anterior. O departamento de suprimento da CONTRATADA irá liberar a conferência do modelo no prazo de até 24 horas;
- a. Garantir, obrigatoriamente, que imediatamente após a conclusão das provas, seja providenciada a remoção e o descarte integral dos dados e a destruição dos formulários impressos referentes ao objeto deste documento;
- XXIX. Garantir que os cheques se apresentem em perfeitas condições de uso e de segurança, não comprometendo, em hipótese alguma, os aspectos de qualidade e segurança do seu uso pelos clientes do BANESTES;
- XXX. Manter o estoque de cheque em condições adequadas quanto às normas de armazenamento e segurança;
- XXXI. Assumir os prejuízos comprovadamente causados pelas más condições de



armazenagem e/ou pela magnetização e personalização do cheque empresa;

- XXXII. Dar ciência, imediatamente e por escrito, via e-mail (endereço eletrônico de destino a definir), ou por outro meio definido, referente a qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, inclusive quanto ao risco de atraso na entrega dos talonários;
- XXXIII. Garantir a correta identificação dos clientes nos respectivos talonários de cheque único e cheque empresa, de forma que as informações internas estejam compatíveis com as informações externas.
- XXXIV. Remover, obrigatoriamente, os arquivos recebidos após a conclusão dos serviços de impressão, pós impressão e expedição, não sendo permitido que a empresa mantenha nenhum tipo de arquivo de backup;
- XXXV. Garantir, obrigatoriamente, após o encerramento do contrato, que seja providenciada a remoção e o descarte integral dos dados e a destruição dos formulários impressos e não utilizados, e evidenciar à CONTRATANTE;
- XXXVI. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados, documentos elaborados e informações obtidas, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da CONTRATANTE;
- a. Providenciar a assinatura do “Termo de Sigilo, Confidencialidade e Responsabilidade” pelo representante legal da CONTRATADA, em conformidade com a Política Corporativa de Segurança Cibernética e da Informação instituída pela CONTRATANTE;
- XXXVII. O CONTRATANTE poderá solicitar evidências técnicas dos atendimentos aos itens de segurança da informação durante a vigência deste contrato. A CONTRATADA deverá fornecer estas evidências em até 5 (cinco) dias úteis
- XXXVIII. A CONTRATADA deverá garantir que o acesso aos dados seja restrito apenas a pessoal autorizado, seguindo o princípio do menor privilégio.
- XXXIX. A CONTRATADA deverá prover mecanismos para auditoria pelo Banestes ou sob sua indicação, dos serviços prestados em conformidade com sua regulamentação.
- XL. Após o término dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar a sanitização/destruição/descarte de dados compatível com o padrão NIST 800-88.
- XLI. A CONTRATADA deverá comunicar tempestivamente à CONTRATANTE sobre incidentes relevantes e interrupções dos serviços prestados que venham ocorrer e configuram uma situação de crise.
- XLII. A solução contratada deverá possibilitar, quando necessário, a conexão entre o ambiente do CONTRATANTE e o ambiente da CONTRATADA via conexão por link dedicado e VPN Site-to-Site.
- XLIII. Durante o processo de cadastro para acesso ao Helpdesk, a CONTRATADA deve instruir seus colaboradores a criar senhas únicas e novas, que não sejam reutilizadas de outras contas ou de senhas antigas.
- XLIV. Formulários de Segurança devem ser confeccionados e impressos pela CONTRATADA, sendo expressamente proibida a terceirização dessa atividade.
- XLV. As cópias de segurança (backup) dos dados e das informações armazenadas pela solução contratada, bem como as informações sobre seus processamentos (logs) deverão obedecer as melhores práticas de Segurança da Informação para mitigação de desastres, seja na aplicação ou na infraestrutura, da CONTRATADA ou de nuvem;
- XLVI. A CONTRATADA deverá prover mecanismos para assegurar a





confidencialidade, integridade, disponibilidade e recuperação dos dados e das informações processadas e armazenadas;

- XLVII. Para a prestação dos serviços a CONTRATADA deve manter seus sistemas atualizados com intuito de mitigar os efeitos de vulnerabilidades atreladas à versões antigas de sistemas e aplicações que possam afetar a CONTRATANTE;
- XLVIII. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamado do CONTRATANTE em juízo, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços, inclusive quanto ao vazamento e/ou uso indevido de dados pessoais de clientes BANESTES, ficando a CONTRATANTE autorizada a debitar nas faturas as importâncias quando estiver constituído o débito em conta do CONTRATANTE, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado, por meio de devido processo legal, que o dano ocorreu por inadimplência da CONTRATADA. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

#### CLÁUSULA OITAVA: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Para todos os fins e efeitos desta Cláusula, a **CONTRATANTE** é qualificada como **CONTROLADORA** de Dados Pessoais, e a **CONTRATADA** é qualificada como **OPERADORA** de Dados Pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD**), salvo se, para uma atividade de tratamento específica detalhada na Tabela de Atividades, as Partes forem qualificadas como Controladoras Conjuntas, hipótese na qual as responsabilidades de cada uma perante os titulares deverão ser definidas em anexo próprio, nos termos do Art. 42, §1º da LGPD.

**Parágrafo Primeiro:** A **OPERADORA**, na execução do objeto deste Contrato, realizará o tratamento dos dados pessoais de titularidade e responsabilidade da **CONTROLADORA**, agindo sempre em conformidade com a LGPD, com as instruções lícitas da **CONTROLADORA** e com as condições estabelecidas nesta Cláusula e no **Anexo I.1-C - Requisitos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**.

**Parágrafo Segundo:** O tratamento de dados pela **OPERADORA** fica adstrito às finalidades específicas e legítimas detalhadas na tabela abaixo, obrigando-se a observar os princípios da finalidade, adequação e necessidade, tratando o mínimo de dados pessoais indispensáveis para o cumprimento de cada atividade.

**Tabela de Atividades de Tratamento de Dados Pessoais**

Atividade	Titular dos Dados	Dados Tratados	Finalidade / Base Legal	Período
Fornecimento de talonário de cheques Banestes, conforme os seguintes critérios: confecção, personalização e encadernação de talonários de cheques únicos (com capa e contracapa) e de cheques em formulário contínuo (cheque empresa).	Cliente.	Nome completo, Complemento de nome (qualquer dado inserido, como: número de telefone, endereço de e-mail, nome fantasia de empresa, entre outros), Endereço completo, Número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Número do Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ), Número da Carteira de Identidade, Número do banco, Número da conta corrente, Número do cheque, Código da Linha	Execução do Contrato.	Vigência do contrato.





		Digitável do Cheque, dentre outros sujeitos à LGPD.		
--	--	---	--	--

**Parágrafo Terceiro:** É expressamente vedado à **OPERADORA** utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não a descrita na tabela acima, incluindo, mas não se limitando a, fins publicitários, comerciais próprios ou cessão a terceiros, sob pena de imediata rescisão contratual e responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo Quarto:** A **OPERADORA** compromete-se a implementar e manter medidas de segurança técnicas e administrativas robustas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, em total conformidade com o Art. 46º da LGPD e com as melhores práticas de mercado (e.g., ISO 27001/27701).

**Parágrafo Quinto:** A **OPERADORA** declara que tem ciência dos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete com a formulação e implantação de um Programa de Governança em Proteção de Dados consolidado, contemplando políticas, procedimentos e mecanismos de supervisão e mitigação de riscos para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais tratados sob este Contrato, compatíveis com o seu porte, com o volume de suas operações e com a sensibilidade dos dados tratados.

**Parágrafo Sexto:** A **OPERADORA** garante que o acesso aos dados pessoais será restrito apenas aos seus profissionais que efetivamente necessitem das informações para a execução das atividades contratadas, observando o princípio do privilégio mínimo (*need-to-know*). Garante, ainda, que tais profissionais foram devidamente capacitados e estão sujeitos a obrigações de confidencialidade, bem como que utiliza mecanismos de autenticação e rastreabilidade que assegurem a individualização do responsável por cada acesso e operação de tratamento.

**Parágrafo Sétimo:** A **OPERADORA**, em seu nome e no de seus sócios, colaboradores e parceiros, compromete-se a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade sobre todos os dados pessoais a que tiver acesso, obrigação esta que perdurará mesmo após o término deste Contrato.

**Parágrafo Oitavo:** A **OPERADORA** se obriga a manter registro detalhado de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar por força deste Contrato.

**Parágrafo Nono:** A **OPERADORA** não poderá subcontratar terceiros (Suboperadores) para realizar qualquer parte do tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato sem a prévia e expressa autorização por escrito da **CONTROLADORA**.

**Parágrafo Décimo:** Caso a **CONTROLADORA** autorize a subcontratação, a **OPERADORA** permanece integralmente responsável perante a **CONTROLADORA** por todos os atos e omissões do Suboperador. A **OPERADORA** se obriga a formalizar com o Suboperador um contrato escrito que imponha obrigações de proteção de dados pessoais em nível igual ou superior às estabelecidas nesta Cláusula.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** A **OPERADORA** compromete-se a auxiliar a **CONTROLADORA** a responder às requisições dos titulares de dados, conforme o Art. 18º da LGPD. Caso a **OPERADORA** receba diretamente uma solicitação de um titular, deverá comunicá-la integralmente à **CONTROLADORA** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, orientando o titular a direcionar sua requisição ao canal de atendimento da **CONTROLADORA**.



**Parágrafo Décimo Segundo:** A **OPERADORA** se compromete a cooperar plenamente com a **CONTROLADORA**, fornecendo informações para a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) e disponibilizando, sempre que requisitado, documentos e evidências que comprovem sua conformidade com a LGPD e com as obrigações aqui pactuadas, sendo facultado à **CONTROLADORA** a realização de auditorias, por si ou por terceiros por ela indicados, em período previamente acordado entre as partes, mediante aviso prévio mínimo de 10 (dez) dias. Em caso de suspeita fundada de violação à LGPD ou na ocorrência de um Incidente de Segurança, a auditoria poderá ser realizada de forma imediata, sem necessidade de aviso prévio, respeitadas as normas de segurança da **OPERADORA**.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Para os fins desta Cláusula, um Incidente de Segurança é qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, que comprometa a segurança dos dados pessoais, como acessos não autorizados, vazamentos, ou qualquer violação à LGPD.

**Parágrafo Décimo Quarto:** A **OPERADORA** se obriga a comunicar a **CONTROLADORA** sobre qualquer Incidente de Segurança, tão logo tenha conhecimento e, impreterivelmente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

**Parágrafo Décimo Quinto:** A comunicação de que trata o parágrafo supra deverá ser completa, incluindo, no mínimo:

- I. A data e hora do Incidente e da ciência pela **OPERADORA**;
- II. A descrição da natureza e da categoria dos dados pessoais afetados;
- III. O número de titulares envolvidos;
- IV. As medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- V. A análise dos riscos relacionados ao incidente;
- VI. As medidas já adotadas ou propostas para reverter ou mitigar os prejuízos.
- VII. Os dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da **OPERADORA** ou responsável pela comunicação; e
- VIII. Se a comunicação não ocorrer no prazo de 24 horas, os motivos detalhados da demora.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Responsabilidade da **OPERADORA** – A **OPERADORA** será diretamente responsável por todos os danos, perdas e prejuízos, de natureza patrimonial ou moral, individual ou coletiva, que causar à **CONTROLADORA**, aos titulares de dados ou a terceiros em decorrência do descumprimento de suas obrigações legais ou contratuais de proteção de dados.

**Parágrafo Décimo Sétimo:** Obrigação de Indenizar – A **OPERADORA** compromete-se a buscar manter a **CONTROLADORA** indene e isenta de quaisquer condenações, multas (incluindo, mas não se limitando àquelas aplicadas pela **ANPD**), reclamações, ações judiciais, custos processuais e honorários advocatícios decorrentes de ato ou omissão da **OPERADORA**, de seus colaboradores ou de seus Suboperadores em violação à LGPD, às instruções lícitas da **CONTROLADORA** ou a esta Cláusula.

**Parágrafo Décimo Oitavo:** Direito de Regresso e Denúnciação da Lide – Caso a **CONTROLADORA** seja acionada judicial ou administrativamente por fato cujo nexo causal seja atribuível à **OPERADORA**, fica garantido à **CONTROLADORA** o direito de regresso e de solicitar a denúncia da lide à **OPERADORA**, nos termos do Art. 125, II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do dever de indenização aqui previsto.



**Parágrafo Décimo Nono:** A **OPERADORA** se compromete a não realizar Transferência Internacional de Dados Pessoais sem a prévia e expressa autorização por escrito da **CONTROLADORA**. A autorização concedida pela **CONTROLADORA** não exime a **OPERADORA** da responsabilidade de garantir a conformidade da TID.

**Parágrafo Vigésimo:** Fica estabelecido que, na hipótese de a **OPERADORA** realizar Transferência Internacional de Dados Pessoais para a execução das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais, a **OPERADORA** deverá, como requisito obrigatório e para fins de cumprimento da legislação aplicável, adotar os seguintes procedimentos: a) Utilizar um dos mecanismos de TID previstos no Art. 6º da Resolução 19/2024. b) No caso de utilização das Cláusulas Contratuais Padrão (CCPs) da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a **OPERADORA** se compromete a celebrar um contrato com o agente de tratamento de dados no exterior (terceira empresa) que seja compatível com o Anexo II da referida Resolução.

**Parágrafo Vigésimo Primeiro:** Para fins de comprovação da regularidade das transferências descritas no parágrafo supra, a **OPERADORA** deverá fornecer à **CONTROLADORA**, a qualquer tempo, cópia de todos os instrumentos contratuais celebrados com terceiros no exterior para fins de TID, bem como relatórios que comprovem a conformidade de tais transferências com a LGPD e a Resolução 19.

**Parágrafo Vigésimo Segundo:** A **OPERADORA** reconhece que as cláusulas previstas neste Contrato não substituem a sua obrigação de cumprir integralmente a legislação de proteção de dados do país de destino, caso esta seja mais restritiva que a brasileira.

**Parágrafo Vigésimo Terceiro:** Ao término da relação contratual, a **OPERADORA** deverá, conforme instrução da **CONTROLADORA**, cessar o tratamento, devolver todos os dados pessoais à **CONTROLADORA** e/ou realizar a exclusão segura e definitiva dos dados de seus sistemas, devendo apresentar evidências do procedimento. A retenção de dados só será permitida nas hipóteses legais que a exijam, devendo esta necessidade ser formalmente comunicada e justificada à **CONTROLADORA**.

**Parágrafo Vigésimo Quarto:** A **OPERADORA** responderá perante a **CONTROLADORA** e terceiros por quaisquer danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que causar em decorrência do descumprimento de suas obrigações legais ou contratuais de proteção de dados.

**Parágrafo Vigésimo Quinto:** As obrigações de confidencialidade, segurança e proteção de dados estabelecidas nesta Cláusula perdurarão e subsistirão ao término deste Contrato, permanecendo em vigor enquanto a **OPERADORA** mantiver, por qualquer motivo legal, a posse ou o acesso a dados pessoais originados desta relação contratual.

**Parágrafo Vigésimo Sexto:** Todas as comunicações que versem sobre esta Cláusula deverão ser realizadas por escrito, impreterivelmente, através do e-mail: [protecaodedados@banestes.com.br](mailto:protecaodedados@banestes.com.br).

#### **CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total** do Contrato, que será liberado de acordo com as condições previstas neste instrumento, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**Parágrafo Primeiro:** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).



**Parágrafo Segundo:** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**Parágrafo Terceiro:** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá acompanhar o início da vigência do Contrato e abranger um período de 30 (trinta) dias após o término deste instrumento.

**Parágrafo Quarto:** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- II. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**Parágrafo Quinto:** No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**Parágrafo Sexto:** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**Parágrafo Sétimo:** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Oitavo:** O valor da garantia somente poderá ser disponibilizado à CONTRATADA quando do término ou rescisão do Contrato, desde que não possua dívida inadimplida com a CONTRATANTE e mediante expressa autorização desta.

**Parágrafo Nono:** A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

**Parágrafo Décimo:** Somente será aceito apólice em sua forma original emitido por empresa seguradora. A carta fiança em sua forma original emitido por instituição financeira, e no caso de caução em dinheiro por depósito em conta do BANESTES. Em hipótese alguma será aceito qualquer tipo de garantia on-line.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) OU SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA)**

Define-se como acordo de nível de serviço (ANS) ou SLA (Service Level Agreement) para o presente instrumento, o desempenho técnico na detecção, contorno e correção de eventuais anomalias observadas no serviço prestado, considerando-se o dispêndio de tempo para o saneamento da anomalia como indicador de excelência de atendimento da área de suporte técnico da CONTRATADA.

**Parágrafo Único:** Constam nesta Cláusula as características técnicas a serem pontuadas para avaliação do SLA, os indicadores e suas formas de medição, bem como, as características mínimas exigidas aos serviços e sanções estabelecidas nos casos de não



cumprimento do acordo.

### I. Pontualidade

- a) O conceito de pontualidade refere-se à relação entre o horário de entrega efetiva e o horário estabelecido em contrato para a entrega dos documentos impressos. Serão consideradas entregas com atraso aquelas realizadas a partir de 01 dia após o prazo previsto em contrato.
- b) A ocorrência da quebra da pontualidade será medida mensalmente e será penalizada de acordo com a tabela a seguir, onde  $t$  = quantidade de dias:

Ocorrências (em dias)	Penalidade
$01 \leq t \leq 02$	Notificação
$02 < t \leq 06$	Multa de 7% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$06 < t \leq 15$	Multa de 20% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$15 < t \leq 20$	Multa de 50% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$20 < t \leq 30$	Multa de 70% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).

- c) Nos casos fortuitos, por motivos alheios à sua vontade, os prazos de entrega de documentos poderão ser estendidos, mediante análise e aprovação do CONTRATANTE.

### II. Índice de Qualidade de Impressão

- a) O conceito de Índice de Qualidade de Impressão refere-se ao percentual de documentos impressos com algum tipo de anomalia em relação ao número de documentos avaliados pelo CONTRATANTE.
- b) O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA a impressão de lotes de documentos para serem avaliados por amostragem e/ou recolher, a seu critério, documentos provenientes de lotes entregues nas unidades do CONTRATANTE, para o mesmo fim.
- c) Serão consideradas anomalias: manchas, excessos de tinta, impressão fora de posicionamento e demais itens de especificações técnicas contidos neste documento.
- d) A ocorrência do índice da qualidade de impressão será medida, a qualquer tempo, conforme necessidade da CONTRATANTE e será penalizada de acordo com a tabela a seguir:

Percentual de documentos apresentando anomalias	Penalidade
Até 2%	Notificação
De 2,01% a 15%	Multa de 5% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
15,01% a 35%	Multa de 30% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
35,01% a 55%	Multa de 50% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
Acima de 55%	Multa de 70% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses





	ou de contrato decorrido (o que for menor).
--	---

- e) As anomalias identificadas por meio da Central de Atendimento do BANESTES ou departamentos envolvidos no processo de talonários de cheques, por reclamações de clientes internos (demais departamentos e unidades do BANESTES) e clientes externos ao BANESTES serão notificadas à CONTRATADA e serão considerados no processo de avaliação da qualidade de impressão supracitado.

### III. Tempo de Alteração

- a) É considerado Tempo de Alteração o tempo decorrido entre a solicitação da CONTRATANTE para alteração de um documento existente até a entrega deste, com o devido Aceite da CONTRATANTE. Não são contabilizados os atrasos imputáveis à CONTRATANTE.
- b) O tempo de alteração não poderá ser superior a 10 dias corridos e atrasos serão penalizados de acordo com a tabela a seguir, onde  $t$  = quantidade de dias:

Número de dias de atraso no tempo de alteração	Penalidade
$00 \leq t \leq 02$	Notificação
$02 < t \leq 06$	Multa de 7% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$06 < t \leq 15$	Multa de 20% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$15 < t \leq 20$	Multa de 50% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$20 < t \leq 30$	Multa de 70% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).

- c) As solicitações de alteração serão registradas, conforme definição entre as partes, na qual será acompanhado o prazo de atendimento.

### IV. Tempo de Reparo

- a) É considerado Tempo de Reparo o tempo decorrido entre a solicitação da CONTRATANTE para correção de um documento existente até a entrega deste, com o devido Aceite da CONTRATANTE. Não são contabilizados os atrasos imputáveis à CONTRATANTE.
- b) O tempo de reparo não poderá ser superior a 03 (três) dias corridos e atrasos serão penalizados de acordo com a tabela a seguir, onde  $t$  = quantidade de dias:

Número de dias de atraso no tempo de reparação	Penalidade
$00 \leq t \leq 02$	Notificação
$02 < t \leq 06$	Multa de 7% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$06 < t \leq 15$	Multa de 20% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$15 < t \leq 20$	Multa de 50% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).
$20 < t \leq 30$	Multa de 70% sobre faturamento médio dos últimos 06 meses ou de contrato decorrido (o que for menor).





- c) As solicitações de reparo serão registradas, conforme definição entre as partes, na qual será acompanhado o prazo de atendimento.

#### V. Central de Atendimento/Sistema de Registro de Chamado

- a) Identificada inconsistência/problema/atraso ou necessidade de alteração/reparo nos documentos existentes, em qualquer esfera ou nível, deverá ser efetuado registro por e-mail, pelo representante da CONTRATANTE ou da CONTRATADA responsável.
- b) Mediante definição da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá utilizar o software de registro de chamados disponibilizado pela CONTRATANTE ou disponibilizar software próprio que permita a integração com aquele atualmente utilizado pela CONTRATANTE.
- c) O registro do chamado deverá ser realizado na ferramenta, com acesso direto pelo representante responsável pela identificação da inconsistência, quer seja da CONTRATANTE, quer seja da CONTRATADA, por meio de login e senha, ou mediante contato com a Central de Atendimento.
- d) A CONTRATADA deverá dispor de Central de Atendimento com funcionamento de 24 horas por dia, 07 dias por semana, todos os dias do ano, com serviço único nacional não tarifado (0800) ou chamada com tarifação local, considerando a região da Grande Vitória.
- e) O registro de chamadas será utilizado para acompanhamento e controle dos parâmetros e métricas de nível de serviço.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA – PLD/FTP, DA ANTICORRUPÇÃO, DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E DO GUIA DE CONDUTA ÉTICA**

A CONTRATADA declara, com a assinatura deste Contrato, que conhece e observa, em suas atividades e em especial neste Contrato, as normas nacionais e internacionais, essas últimas quando aplicáveis, de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP e de Anticorrupção, (adiante denominadas “Legislação”), dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a Lei dos Crimes de “Lavagem de Dinheiro” (Lei nº 9.613/1998), a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA também declara, com a assinatura deste contrato, que teve conhecimento dos seguintes regimentos da CONTRATANTE: Guia da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (disponível em: <<https://www.banestes.com.br/institucional/pdf/guia-pld-ftp.pdf>>) e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP (disponível em: <<https://www.banestes.com.br/institucional/pdf/politica-pld-ftp.pdf>>), da Cartilha de Anticorrupção (disponível em: <[https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/esg/cartilha\\_anticorruptao.pdf](https://www.banestes.com.br/ri/arquivos/informacoes/esg/cartilha_anticorruptao.pdf)>) e do Guia de Conduta Ética (disponível em: <[https://www.banestes.com.br/institucional/pdf/guia\\_de\\_conduta\\_etica.pdf](https://www.banestes.com.br/institucional/pdf/guia_de_conduta_etica.pdf)>). Dessa forma, compromete-se a cumpri-los fielmente, no que lhe for aplicável, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, durante a execução do presente Contrato.

**Parágrafo Segundo:** A fim de dar cumprimento às diretrizes da PLD/FTP a respeito do “Conheça seus Parceiros e Prestadores de Serviços Terceirizados”, a CONTRATADA se



compromete a adotar ao menos uma das seguintes providências, preferencialmente nesta ordem:

- I. Abrir ou comprovar que já possui cadastro e/ou conta corrente no BANESTES, na qual serão transitados, preferencialmente, os valores relativos ao presente Contrato;
- II. Na impossibilidade de abrir conta corrente no BANESTES, enviar os documentos relativos ao cadastro inclusive dos seus sócios.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA declara, ainda, que não se encontra, assim como seus sócios, administradores e colaboradores, direta ou indiretamente:

- I. Sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- II. No curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- III. Suspeita de práticas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, por qualquer entidade governamental;
- IV. Sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

**Parágrafo Quarto:** A CONTRATADA se obriga a notificar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto na “Legislação” citada nesta Cláusula, assim como o descumprimento de quaisquer das declarações que tiver prestado nesta Cláusula.

**Parágrafo Quinto:** A violação da “Legislação” a que alude a presente Cláusula será considerada infração grave a este Contrato e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, a critério da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para este e sem prejuízo da cobrança das perdas e danos decorrentes da infração.

**Parágrafo Sexto:** Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato, em seus anexos e na legislação em vigor, a prática de quaisquer atos contrários à “Legislação” a que alude esta Cláusula poderá ser objeto de apuração interna e/ou denúncia à Autoridade Competente, observando-se o devido processo legal.

**Parágrafo Sétimo:** As penalidades aplicadas neste Contrato serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa ([www.cnj.jus.br/improbidade](http://www.cnj.jus.br/improbidade)), nos termos da Lei 12.846/2013.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA CONTINUIDADE**

A CONTRATADA deverá possuir “SITE DE CONTINGÊNCIA” próprio, indicando seu endereço, a fim de suprir as necessidades de atendimento aos serviços contratados, visando não sofrer descontinuidade dos serviços em casos de indisponibilidade de seu “SITE PRINCIPAL”.

**Parágrafo Primeiro:** O ambiente de contingência deve atender às mesmas especificações técnicas exigidas para o ambiente principal.



**Parágrafo Segundo:** A partir da entrada em contingência, a CONTRATADA terá 24 horas para comunicar a ocorrência formalmente à CONTRATANTE.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA deve, em caso de acionamento da contingência, atender a demanda do objeto do contrato de forma integral pela infraestrutura de contingência.

**Parágrafo Quarto:** A CONTRATADA deverá retornar a prestação do serviço pela infraestrutura principal no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, mesmo que a infraestrutura de contingência atenda a demanda de forma integral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATADA deve garantir, obrigatoriamente, quando do vencimento e/ou encerramento do contrato:

- I. Que seja providenciada a remoção e o descarte integral dos dados e a destruição dos formulários impressos e não utilizados e evidenciar à CONTRATANTE;
- II. Exclusão permanente de todos os arquivos digitais e respectivas cópias utilizados na confecção dos cheques, sob sua responsabilidade;
- III. Exclusão dos dados da CONTRATANTE relacionados ao serviço prestado, que estejam armazenados em seu ambiente, seja em sistemas, rede, dispositivos externos, backup, papel ou qualquer forma de armazenamento de dados;
- IV. Entregar uma declaração formal atestando que todos os arquivos relacionados à confecção dos cheques da CONTRATANTE foram devidamente excluídos de seus sistemas e não permanecem em seu poder.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA NOVAÇÃO OU TOLERÂNCIA**

A tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste Contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste Contrato a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E DO SIGILO**

A CONTRATADA não poderá ceder, alienar, dar em garantia, transferir ou gravar de ônus, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, bem como créditos decorrentes deste Contrato, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA, todavia, por sua conta e risco, poderá contratar com terceiros a prestação de alguns serviços necessários ao cumprimento deste Contrato, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA, como única responsável pelo fiel cumprimento dos serviços perante a CONTRATANTE, bem como pelo sigilo e confidencialidade das informações que lhe tenham sido repassadas pela CONTRATANTE em razão do presente Contrato.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros quaisquer informações da CONTRATANTE sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATANTE efetuará, sob exclusiva competência e responsabilidade, a fiscalização da execução dos serviços objeto deste Contrato, cabendo verificar se no seu desenvolvimento está sendo cumprido o Contrato, bem como autorizar os pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para o seu fiel



cumprimento.

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização atuará até o término deste Contrato e será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e sua atuação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto às suas obrigações e responsabilidades contratuais, inclusive quanto a terceiros, por qualquer irregularidade.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATANTE, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas / Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO DO CONTRATO**

Observado o procedimento previsto para rescisão no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes (RSFB), constituem motivo para rescisão as previsões constantes no próprio Regulamento (RSFB), bem como:

- I. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de obrigações e/ou de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O atraso injustificado na execução do objeto do Contrato;
- III. A subcontratação ou a cessão ou a transferência, total ou parcial, do objeto do Contrato, quando não atendidas as condições de habilitação ou sem prévia autorização da CONTRATANTE, observado o disposto neste Contrato;
- IV. O desatendimento das determinações regulares da CONTRATANTE decorrentes do acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- V. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- VI. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA, quando for o caso;
- VII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
- VIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- IX. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- X. A prática de atos lesivos à Administração Pública ou que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do SFB, direta ou indiretamente;
- XI. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, quando for o caso;
- XII. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nos casos relacionados na



cláusula anterior;

- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta cláusula deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada, que deve ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos.

**Parágrafo Segundo:** A rescisão contratual deve ser formalmente motivada nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, e seus efeitos se iniciam a partir da data da comunicação escrita sobre a decisão definitiva de rescisão, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Terceiro:** A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE pode ser aplicada sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS PENALIDADES**

O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou neste Contrato. A inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:

- I. Advertência;
- II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:
  - a) No caso de inexecução parcial do Contrato, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor global estimado atualizado do Contrato;
  - b) No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor global estimado atualizado do Contrato.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro:** As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

**Parágrafo Segundo:** A sanção prevista no inciso III do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:

- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- III. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Terceiro:** As sanções a que se refere esta cláusula devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo Quarto:** As multas aplicadas conforme o inciso II do caput desta Cláusula serão





calculadas conforme previsão do instrumento convocatório ou Contrato e descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

**Parágrafo Quinto:** A CONTRATANTE informará os dados relativos às sanções por ele aplicadas à CONTRATADA, de forma a manter atualizados os cadastros exigidos por lei.

**Parágrafo Sexto:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa ([www.cnj.jus.br/improbidade](http://www.cnj.jus.br/improbidade)), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022.

**Parágrafo Sétimo:** Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

**Parágrafo Oitavo:** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos seguintes casos, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar:

- I. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do RSFB;
- III. Quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando essa for exigida;
- IV. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;
- VI. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais,





os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**Parágrafo Segundo:** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

**Parágrafo Terceiro:** Se no Contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro.

**Parágrafo Quarto:** No caso de supressão de serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais em razão desta contratação, estes serão pagos pela CONTRATANTE aos custos de aquisição regularmente comprovados.

**Parágrafo Quinto:** A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicará a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**Parágrafo Sexto:** Em havendo alteração do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**Parágrafo Sétimo:** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

**Parágrafo Oitavo:** É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados em eventual matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DADOS DA OUVIDORIA GERAL**

Os contatos com a OUVIDORIA GERAL do BANESTES, quando necessários, dar-se-ão pelo telefone 0800-7270030 ou pelo e-mail: [ouvidoriageral@banestes.com.br](mailto:ouvidoriageral@banestes.com.br).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Fica fazendo parte integrante do presente Contrato, para todos os fins e efeitos de direito, o processo de Licitação (Pregão Eletrônico) nº 011/2026 - E-Docs nº 2025-D633R. Nos casos omissos, aplicar-se-á ao presente Contrato as disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes, publicado em 29/06/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO**

As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória - Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, como competente para dirimir todas as dúvidas e controvérsias oriundas da interpretação ou da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, ressalvado, entretanto, à CONTRATANTE, se lhe convier, optar pelo foro de domicílio da CONTRATADA.

Vitória/ES, datado conforme último registro eletrônico de assinatura.



**C O N T R A T A N T E**

**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
(Conforme registros eletrônicos de assinatura)

**C O N T R A T A D A**

**EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO II.1**

**MODELO DA RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE A CONTRATADA MANTÉM  
PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

À CONTRATANTE

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da lei, à CONTRATANTE, por intermédio do seu representante legal abaixo indicado, que mantém para cumprimento do contrato nº \_\_\_\_\_, os estabelecimentos (sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas) abaixo relacionados:

Descrever: Nome do estabelecimento, CNPJ, inscrição municipal, endereço, telefone.

1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	
10)	

A CONTRATADA se compromete a informar à CONTRATANTE, imediatamente, eventual baixa ou criação de estabelecimento prestador utilizado para cumprimento do contrato.

Vitória (ES), conforme registro eletrônico de assinatura.

**EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO II.2**
**MODELO DA DECLARAÇÃO PARA NÃO RETENÇÃO DE CSLL, COFINS E PIS/PASEP  
 EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL**
**(Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 459/2004)**

À CONTRATANTE,

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA, à CONTRATANTE, para fins de não incidência na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas, empresa de pequeno porte, microempresário individual ou equiparados - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Vitória (ES), datado conforme registro eletrônico de assinatura do contrato.

**EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura do contrato)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



## ANEXO II.3

**MODELO DA DECLARAÇÃO E COMPROMISSO REFERENTE À IDENTIFICAÇÃO E À QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR - PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DE PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA (PLD/FTP)**

Ao(s) CONTRATANTE(S): [preencher com razão social da(s) empresa(s) do Sistema Financeiro Banestes contratantes na contratação]

[Preencher com nome completo ou razão social], sito na [transcrever denominação adequada: residência profissional (se pessoa física) ou sede (se pessoa jurídica)], sob o endereço [preencher com o endereço completo da residência profissional ou sede], e inscrito no [transcrever denominação adequada: Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) / Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)], sob o número [preencher número do CPF ou do CNPJ], apresenta esta DECLARAÇÃO formal ao(s) CONTRATANTE(S), comprometendo-se a fornecer, de maneira proativa e conforme solicitado pelo(s) CONTRATANTE(S) durante a contratação, todas as informações necessárias para garantir a plena conformidade às exigências impostas pela legislação e pelas regulamentações destinadas à Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento de Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), incluindo, entre outras, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998; a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016; a Lei nº 13.810, de 08 de março de 2019; e os normativos do Banco Central do Brasil e de demais entidades fiscalizadoras/regulamentadoras às quais as partes da presente contratação estejam submetidas. Para isso, a CONTRATADA estabelece o compromisso de apresentar ao(s) CONTRATANTE(S) a seguinte lista abrangente de dados e informações atualizados, bem como quaisquer outros que venham ser exigidos pelas normativas aplicáveis:

**Pessoa Física**

1. Nome completo
2. Data de Nascimento
3. Naturalidade
4. Nacionalidade
5. Estado civil
6. Nome da mãe
7. Número do documento de identificação e órgão expedidor
8. CPF
9. Nome e CPF do cônjuge ou estrangeiro
10. Endereço completo
11. Telefone com DDD
12. Endereço eletrônico
13. Ocupação profissional
14. Entidade para o qual trabalha com CNPJ
15. Rendimentos
16. Situação patrimonial
17. Assinatura do cliente

**Pessoa Jurídica**

1. Denominação ou razão social
2. Atividade principal
3. Data de constituição da Empresa
4. Nome dos controladores diretos
5. CPF ou CNPJ dos controladores diretos
6. Indicação se os controladores diretos são PEPs



7. Nome e CPF dos administradores
8. Nome e CPF dos procuradores
9. Inscrição no CNPJ
10. Endereço completo
11. Número do telefone com DDD
12. Endereço eletrônico
13. Faturamento médio mensal dos últimos 12 meses
14. Situação patrimonial
15. Porte da empresa
16. Assinatura do cliente

1.1 A CONTRATADA, mediante este ato, autoriza o tratamento e monitoramento dos dados - inclusive dos dados pessoais, se for o caso - apresentados ao(s) CONTRATANTE(S) para cumprimento de previsões legais e/ou regulamentares referentes a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP.

1.2 A CONTRATADA declara ter plena ciência e conhecimento dos procedimentos de monitoramento e tratamento em questão, dispostos na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP, publicada no site do banco, seção Relação com Fornecedores.

1.3 A CONTRATADA assume total responsabilidade pela veracidade, precisão e completude das informações fornecidas.

#### **EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura do contrato)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





## ANEXO II.4

## MODELO DO TERMO DE SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE - TERCEIROS

Número do Contrato	Nome da Contratada
CNPJ	Vigência
Objeto Contratado	

**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, sito na Av. Princesa Isabel, 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., com sede na .....CEP....., representada neste ato por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final também assina(m) e se identifica(m), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e acordado o seguinte:

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de definir regras para uso e proteção das informações confidenciais e sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações confidenciais e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE - por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES** - Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- I. Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.
- II. Informação Pública: informação que pode ou deve ser divulgada a todos, desde empregados, estagiários e terceiros até clientes e público externo em geral, sem causar danos à organização. A divulgação deve respeitar as regras padrão de direitos autorais.
- III. Informação Confidencial: informação estratégica, cuja divulgação é limitada a pessoas restritas e autorizadas. Caso seja divulgada indevidamente, pode causar sério impacto de privacidade, imagem, financeiro, legal ou operacional aos objetivos estratégicos da organização ou pode representar um risco à sobrevivência da organização.
- IV. Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.
- V. Ciclo de Vida da Informação: etapas de tratamento pelas quais a informação pode passar desde sua criação até sua destruição ou descarte, incluindo a criação e o descarte.



- VI. ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Órgão regulador e fiscalizador para o cumprimento da Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** - Para os fins deste TERMO, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, técnicas, design, especificações, desenhos, cópias, modelos, fluxogramas, fotografias, software, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, tabelas, projetos, dados pessoais de clientes e colaboradores, resultados de pesquisas, invenções e ideias, financeiras, comerciais, dentre outros, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro: Serão, ainda, consideradas informações confidenciais todas aquelas que assim forem identificadas pela CONTRATANTE, por meio de legendas ou quaisquer outras marcações, ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade desta.

Parágrafo Segundo: As INFORMAÇÕES serão identificadas à CONTRATADA por meio da expressão “confidencial” e/ou “reservada”.

Parágrafo Terceiro: Em caso de dúvida sobre a confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la em absoluto sigilo, até que a CONTRATANTE se manifeste expressamente a respeito.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES apenas no âmbito do desenvolvimento e da execução do CONTRATO PRINCIPAL que possui junto à CONTRATANTE, sendo vedada tanto a sua divulgação a terceiros, quanto qualquer outra utilização que não seja expressamente permitida pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA deverá dispensar às INFORMAÇÕES da CONTRATANTE o mesmo zelo e cuidado com que trataria os seus próprios dados e deverá mantê-las em local seguro, com acesso limitado, apenas às pessoas autorizadas.

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA deverá cuidar para que as INFORMAÇÕES fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente ou indiretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL. As INFORMAÇÕES devem ser reveladas apenas aos que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas.

Parágrafo Sétimo: As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas àquelas informações que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II. Tenham sido comprovada e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

**CLÁUSULA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS** - Os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, definidos na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – no



13.709/2018, aos quais a CONTRATADA terá acesso estão salvaguardados pela referida Lei e devem, especialmente, ser tratados de forma confidencial, observando-se os preceitos da legislação e as obrigações assumidas contratualmente, inclusive no que tange a sua forma de proteção, utilizando dos meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a manter sigilo de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que venham a ser repassados pela CONTRATANTE, em virtude do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as partes, mantendo as informações seguras e confidenciais.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA se compromete a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da CONTRATANTE sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES** - A CONTRATADA se compromete e se obriga a utilizar a informação sigilosa revelada exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA compromete-se a dar ciência à direção, empregados e agentes que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO, bem como da natureza sigilosa das informações, podendo firmar com os mesmos acordos formais por escrito visando à formalização da ciência destes em relação às respectivas responsabilidades no que concerne ao sigilo a ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA permanecerá como fiel depositária das informações reveladas em função deste TERMO.

- I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente à CONTRATANTE, bem como todas e quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento;
- II. A CONTRATADA deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, quando não mais for necessária a manutenção dessas INFORMAÇÕES, com prévia consulta à CONTRATANTE, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, diretores, administradores, prepostos, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.



Parágrafo Sexto: A CONTRATADA se obriga a não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao CONTRATO PRINCIPAL, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA se responsabilizará por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente, devendo listar quais INFORMAÇÕES e dados pessoais serão repassadas.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, inclusive dados pessoais, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, até o limite de 48 horas, a ocorrência de incidentes desta natureza, bem como adotar as providências cabíveis, visando à mitigação dos danos, o que não excluirá sua responsabilidade.

Parágrafo Décimo: Fica expressamente proibido que a CONTRATADA se pronuncie em nome da CONTRATANTE perante órgão da Administração Pública Direta e Indireta, perante a imprensa ou qualquer pessoa física ou jurídica, sem a aquiescência prévia, escrita e expressa da administração da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA** - O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até a expiração do Ciclo de Vida das INFORMAÇÕES a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL, a ser definida pelo Gestor da Informação, ou até que estas venham a se tornar de domínio público.

Parágrafo Único: As disposições deste instrumento devem, contudo, ser aplicadas retroativamente a quaisquer INFORMAÇÕES que possam ter sido divulgadas durante a vigência do CONTRATO PRINCIPAL celebrado, antes mesmo da assinatura deste TERMO.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES** - A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, por ação ou omissão, devidamente comprovada, pela CONTRATADA, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, diretores, administradores, prepostos, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, possibilitará a imediata aplicação de penalidades, conforme disposições contratuais e legislação em vigor que trata desse assunto, podendo culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. A CONTRATADA, como também o agente causador ou facilitador, estará sujeita à recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

**CLÁUSULA OITAVA - DA INCOMUNICABILIDADE** - Na hipótese de qualquer cláusula ou disposição deste TERMO ser declarada nula ou inexecutável, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará quaisquer outras cláusulas ou disposições aqui contidas, as quais permanecerão em pleno vigor e efeito, desde que o seu objeto não tenha sido alterado ou prejudicado.



**CLÁUSULA NONA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL** - As disposições do presente TERMO não implicam em qualquer licença à CONTRATADA de direitos de utilização e/ou exploração de marcas ou outros bens de propriedade da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS** - Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo: O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo das INFORMAÇÕES.

Parágrafo Terceiro: Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A qualquer tempo e sob qualquer motivo a CONTRATANTE terá o direito de acesso aos relatórios elaborados por empresa de auditoria especializada independente contratada pela CONTRATADA, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços objeto do CONTRATO PRINCIPAL, bem como às informações e recursos de gestão adequados ao monitoramento dos serviços a serem prestados;
- II. A CONTRATADA deve disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;
- III. A omissão ou tolerância da CONTRATANTE em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento configura mera liberalidade, não constituindo novação ou renúncia, nem afetando os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO ADITIVO firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO ADITIVO ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a CONTRATADA, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.
- IX. Quando solicitada, a CONTRATADA deve fornecer informações sobre a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comerciais, de acordo com a regulamentação da ANPD.





**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO** - A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Vitória/ES, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitória/ES, datado conforme registro eletrônico de assinatura do contrato principal.

### **C O N T R A T A N T E**

**BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
(Conforme registros eletrônicos de assinatura)

### **C O N T R A T A D A**

#### **EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta de preços para **CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES ÚNICOS E DE CHEQUES EM FORMULÁRIO CONTÍNUO**, referente ao PE nº 011/2026.

**1. DADOS DA EMPRESA**

Nome da empresa proponente:	
CNPJ:	
Endereço completo:	
e-mail:	Telefone:
Inscrição Estadual:	Inscrição Municipal:

**2. PROPOSTA**

As proponentes deverão apresentar suas propostas conforme abaixo:

O percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor global estimado e, de forma linear, sobre todos os itens da tabela de valores unitários será de \_\_\_\_ % (percentual por extenso).

TABELA - VALORES UNITÁRIOS PARA REFERÊNCIA					
Item	Tipo Talonário/Formulário	Quantidade (média mensal) (A)	Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C)=(A x B)	Valor Anual (R\$) (D)=(C x 12)
01	Cheque único/Lembrete ou Requisição	80.000*	R\$ 0,82	R\$ 65.600,00	R\$ 787.200,00
02	Cheque Empresa	1.100	R\$ 7,44	R\$ 8.184,00	R\$ 98.208,00
03	Conjunto Capa/ Contracapa Talonário Cheque Único	4.000	R\$ 2,76	R\$ 11.040,00	R\$ 132.480,00
Valor Total Anual (E)					R\$ 1.017.888,00
Valor Global (F)=(E x 5 anos)					R\$ 5.089.440,00

\* 4.000 talonários, contendo 20 folhas cada.

TABELA - VALORES UNITÁRIOS APÓS APLICAÇÃO DO DESCONTO LINEAR					
Item	Tipo Talonário/Formulário	Quantidade (média mensal) (A)	Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Total Mensal (R\$) (C)=(A x B)	Valor Anual (R\$) (D)=(C x 12)
01	Cheque único/Lembrete ou Requisição	80.000*	[preencher]	[preencher]	[preencher]
02	Cheque Empresa	1.100	[preencher]	[preencher]	[preencher]
03	Conjunto Capa/ Contracapa Talonário Cheque Único	4.000	[preencher]	[preencher]	[preencher]
Valor Total Anual (E)					[preencher]
Valor Global (F)=(E x 5 anos)					[preencher]



\* 4.000 talonários, contendo 20 folhas cada.

**VALOR GLOBAL PARA 60 MESES:** R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (por extenso).

**VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ (Prazo mínimo: 90 dias).

**Nota 1:** O licitante deverá enviar sua proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo relativo a percentual de desconto sobre o valor estimado constante deste Edital.

**Nota 2:** O **DESCONTO PERCENTUAL** será aplicado de maneira linear nos itens da TABELA - VALORES UNITÁRIOS PARA REFERÊNCIA, constante neste anexo.

**Nota 3:** Em observância ao já disposto nos itens 11.7 e 11.11 deste Edital, o valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais deverá considerar apenas as 02 (duas) primeiras casas (centavos).

**Nota 4:** Os quantitativos estimados constituem mera previsão, de modo que os CONTRATANTES não estão obrigados a realizá-los em sua totalidade. O valor global estimado é meramente para fins de disputa e não corresponde à garantia de solicitações mínimas. Dessa forma, não cabe à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização em caso de utilização não integral.

### 3. DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELA ASSINATURA DO CONTRATO

<b>Representante Legal 01</b>	
Nome:	CPF:
e-mail:	Cargo/Função:
Documento de Outorga de poderes:	

<b>Representante Legal 02 (opcional)</b>	
Nome:	CPF:
e-mail:	Cargo/Função:
Documento de Outorga de poderes:	

### 4. DADOS DO PREPOSTO

Nome:	CPF:
e-mail:	Telefone:
Endereço:	

### 5. FATURAMENTO MÉDIO MENSAL (Preenchimento OPCIONAL) - Informação poderá ser solicitada como dado complementar durante convocação para assinatura do contrato.

<b>FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DA EMPRESA NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES</b>
Dados para registro de acompanhamento cadastral de todos fornecedores.



R\$

**6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Preenchimento OPCIONAL)** - Informação poderá ser solicitada como dado complementar durante convocação para assinatura do contrato.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO - PREFERENCIALMENTE BANESTES (Conta necessariamente vinculada ao CNPJ da pessoa jurídica contratada)	
Banco:	
Titular:	
Conta Corrente:	Agência:

**DECLARAÇÕES:**

- I. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital e seus anexos.
- II. Declaramos estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.
- III. Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e quaisquer tributos inerentes ao objeto relativo a este procedimento licitatório.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da sociedade empresária

Nome:

CPF:



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E NÃO  
CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE MENOR**

(Razão social e qualificação do licitante/contratado), através de representante legal que ao final assina e se identifica, declara para os devidos fins, que:

1. Conhece o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes e declara estar de acordo com a íntegra dos seus termos e condições;
2. Não se encontra inserida em nenhuma das proibições de licitar e contratar com o Sistema Financeiro Banestes previstas nos artigos 38 e 44 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e nos artigos 15 e 16 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes;
3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, não havendo fato superveniente impeditivo de sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. Não existe pedido ou processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial em nome desta empresa e que o contrato pode ser automaticamente rescindido caso tal venha a ocorrer;
5. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, de acordo com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
6. Fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou quando solicitado.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**C O N T R A T A D A**

**EMPRESA**

(Assinar e preencher nome legível e CPF)

Nome legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO V**

**SUGESTÃO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO À COMPROVAÇÃO DOS  
ITENS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**  
(papel timbrado da licitante - apresentação junto à proposta de habilitação – se for o caso)

**Ref.: PE 011/2026 - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES  
ÚNICOS E DE CHEQUES EM FORMULÁRIO CONTÍNUO.**

Em atendimento às exigências do inciso II da Cláusula de Qualificação Técnica do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2026, declaramos, sob as penas da Lei, que nos comprometemos, antes da assinatura do Instrumento Contratual, à comprovação dos itens de segurança listados nas Especificações Técnicas, Anexo I.1-A - Requisitos Técnicos, item 4. Requisitos de Segurança.

[Localidade] \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**EMPRESA**

(Conforme registro eletrônico de assinatura)

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

